EE PROF LUÍS HENRIQUE MARCHI



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto construído pela comunidade escolar a partir de reflexão e discussões acerca da realidade administrativa e pedagógica da escola

SUMÁRIO

Apres	sentação	
Capít	tulo 1	2
Ident	tificação	05
1.1-	Do estabelecimento	05
1.2-	Aspectos históricos	07
1.3-	Estrutura Física	10
Capít	tulo 2	
Visão	o, Missão	12
2.1-\	/isão	12
2.2- N	Missão	12
Capít	tulo 3	
Orgai	nização Escolar	13
3.1- 0	Organização do Funcionamento Escolar	13
3.2- 0	Organização Administrativa	13
3.3- 0	Calendário Escolar	13
3.4- [Documentos Orientadores	
3.4.1	- Regimento Escolar	14
3.4.2	- Plano de Gestão	15
3.4.3	- Normas Regimentais de Conduta Escolar -Sistema de Proteção Escolar.	16
Capít	tulo 4	
Estru	utura organizacional	16
4.1	As instâncias colegiadas	17
Capít	tulo 5	
Justif	icativa	23
Capít	tulo 06	
Objet	ivos e metas	31
6.1- 0	Objetivos Gerias	31
6.2- (Objetivos Educacionais	32
6.2.1	- Ensino Fundamental de 09 Anos	32
6.2.2	- Ensino Médio	38
6.2.3	- Educação Inclusiva	42

Capítulo 07	WND:
Princípios Educativos	48
6.2.1- Princípios legais	
6.2.2- Princípios Filosóficos	49
Capítulo 08	*
Pressupostos Educacionais	51
Capítulo 09	
Proposta Curricular	55
9.1- O planejamento como instrumento de gestão de sala de aula	56
9.2- A prática pedagógica	57
9.3- A Avaliação	58
9.3.1- Processo de Classificação	59
9.3.2- Processo de Reclassificação	60
Capítulo 10	
Plano de Ação	62
10.1- Qualidade de Ensino	63
102- Prática pedagógica	64
10.3- Formação cidadã	64
10.4- Organização do tempo	65
10.5- Espaço Educativos	66
10.6- práticas de Agrupamento Produtivo	66
10.7- Metas	67
Capítulo 11	
Implementação e Avaliação	70
Capítulo 12	
Considerações finais	72
Referências Bibliográficas	74
Anexos: Questionários	76

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Prof. Luís Henrique Marchi, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20



de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

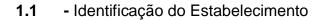
Leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A Escola Estadual Prof. Luís Henrique Marchi vem trabalhando, sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação onde se busca elevação da qualidade formal e política.

Para a construção deste documento utilizamos as discussões pautadas em reuniões dos colegiados, no planejamento e replanejamento, em ATPC e pesquisas realizadas com os pais/responsáveis pelos alunos. Também seguimos as orientações do curso de formação de gestores da Diretoria ade Ensino de Sumaré.

Capítulo 1

IDENTIFICAÇÃO





ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR LUIS HENRIQUE MARCHI

Ato de Criação: Decreto nº 14.244 de 14/12/1979 publicado em D.O.E de

15/12/1979.

CNPJ: 51.901.544//0001-65

Código CIE: 042523

Código UA: 57350

Endereço: Guido Segalho, 250

Bairro: São Judas Tadeu

Município: Sumaré

Telefones: 3854-3666/3864-1034

E-mail: e042523@educacao.sp.gov.br

Modalidades de Ensino

Cursos	Série / Ano	Horários de	TOTAL DE
		atendimento	ALUNOS
Ensino Fundamental	2º /3º anos	Das 13h às	
Ciclo de Alfabetização		17h30min.	89
Ensino Fundamental	4º/5º anos	Das 13h às	
Ciclo Intermediário		17h30min.	72
Ensino Fundamental Anos	6º/7º/ 8º/9º anos	Das 7h às	
Finais		12h20min.	150
Ensino Médio	1ª/2ª/3ª séries	Das 7h às	
		12h20min.	92
SALA DE RECURSOS	01 Matutino	7h às 12h20min.	
	01 Vespertino	13h às 17h30min.	08

Equipe Gestora

Diretor: Elizângela Rosa Bassichetti

Vice-diretor: Arlete Marçal Yamamoto

Vice-diretor da Escola da Família: Ana de Lourdes Burim

Coordenador Anos Iniciais: Vanessa Inara Albino de Oliveira Ruiz

Coordenador Ensino Fundamental e Médio: João Viana de castro Neto

Professores:	Disciplinas
ANDRÉ LUIZ CARDOZO	Filosofia, Sociologia
ARIANE TAKUCHIDA CRUZ	Português e Inglês
BONIFÁCIO COELHO	Química
CARMEM REGINA DOS SANTOS REIS	Sala de Recursos
CÉLIA PEREIRA DO AMARAL	Polivalente
EDSON LUIZ DOS SANTOS	Polivalente
ELIANE DE ARAUJO MELLO DE SOUZA	Biologia
GLAUCILENE SPERANCIN SILVA	Polivalente
HELEN ROSE PENTEADO DINIZ	Ciências
JOSÉ LUIZ FERRAZ	Matemática
JUVENAL PEREIRA DE AGUIAR	Matemática
KLEBER ADAMS DOS SANTOS LEAL	Educação Física
LUCIANE APARECIDA CRISTAN	Polivalente
LUIS CARLOS SANTIADO	Português
LUIZA REGINA GONÇALVES FRANCO	Português
MILTON SABINO	Ciências
MIRIAM LANZONI	Polivalente
NEUSA MIRANDA DIAS	Sala de Recursos
PATRICIA FELICIO DE ANDRADE	Arte
RENATO GONÇALVES DA SILVA	Polivalente
RICARDO SANTOS DE AGUIRRE	Física
ROSANA MURBAKI	Arte

SILVIA REGINA BARBAN DE SIQUEIRA	Polivalente
WASHINGTON ISAC DE SOUZA	História
BERALDO	



Funcionários	Funções
Débora Vieira dos Santos Salles	Gerente de Organização
Marcia Macedo da Silva	Agente de Organização
Patrícia Fabiana Silva de Souza	Agente de Organização

1.2 Aspectos Históricos

Histórico de criação: A escola foi criada pelo decreto nº 14.424 de 14/12/1979, como E.E.P.G. do bairro São Judas Tadeu, instalada a partir de 28/07/1980 pela Resolução S.F. nº 124 de 27/07/1980. Transformada de E.E.P.G. para E.E.P.S.G. do Bairro São Judas Tadeu pelo inciso III do artigo 7º da Deliberação C.E.E de 29/82. Tendo o nome alterado para E.E.P.G.Profº Luís Henrique Marchi pela Lei nº 8004, publicada em D.O.E. 30/08/1990 e pelo Projeto Lei 1094/97, conforme artigo primeiro da mesma, mas com a criação da LDB 9394/96 a escola passou a chamar-se E.E. Professor Luís Henrique Marchi.

Histórico do patrono:

Nascido na Estância climática de Santa Rita do Passo Quatro, em 4 de dezembro de 1943, filho do funcionário da Coletoria Estadual Olintho Marchi e de Dona Adalgiza N. Scomparin Marchi, Luís Henrique iniciou sua formação nos bancos do Grupo Escolar "Francisco Ribeiro" em 1950, de onde passou para o Instituto de Educação "Nelson Fernandes" para completar o ginásio em 1959 e o curso científico em 1962.

Nesta época, ainda não podia imaginar que a sua vida toda seria passada em volta dos bancos escolares, dedicada a nobre função de ensinar. Como todo estudante da época, procurou um centro maior para iniciar seus estudos universitários, tendo sido aprovado na Pontifícia Universidade Católica de

Campinas, em 1962. Já em março de 1965, iniciou prematuramente suas atividades profissionais como professor de Matemática do Instituto de Educação Experimental "Jundiaí", onde trabalhando a noite, custeava seus estudos universitários e ajudava no orçamento familiar, ali permanecendo até fevereiro de 1967.

Durante a sua vida acadêmica seu espírito de companheirismo e alta sociabilidade lhe granjearam o respeito de seus colegas que o elegeram para a presidência do Centro Acadêmico de sua faculdade.

Com sua licenciatura para Matemática, Desenho Geométrico e Física em 1967, o Professor Luís Henrique passou imediatamente a sua grande vocação do ensino da Matemática no Colégio Estadual "Professora Ana Pinto D. Paes" em Jundiaí, enquanto que, no mesmo ano, ingressava na faculdade de Engenharia de Alimentos da Faculdade Estadual de Campinas. Em março de 1969 transferiu se como professor de Matemática para o Colégio Estadual "Aníbal de Freitas" em Campinas e no mesmo ano, completa o curso de extensão universitária sobre a "aplicação do frio na indústria de alimentos", ministrado pelo Instituto Internacional do Frio, de Paris.

Em março de 1970 cola o grau de Engenheiro de alimentos, mas opta por continuar ministrando suas famosas aulas de matemática.

Com sua dinâmica vida profissional e acadêmica, o professor Luís Henrique continua ajudando o senhor Olintho e D. Adalgiza a custearem os estudos de suas irmãs Maria Rita e Maria José, as quais, para a sua grande satisfação, completaram seus cursos universitários graças ao seu apoio e orientação.

Em 1971 é escolhido para o treinamento de professores das disciplinas especificas do curso de Química Industrial em análise experimental, realizado pela Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal, para formação de professores do Ministério da Educação e Cultura. Em 1973, o professor Luís Henrique recebe parecer favorável do Conselho Federal de Educação para o magistério superior à ministração da disciplina Bioestatística e ingressa como professor titular na Faculdade de Ciências Biológicas da PUC de Campinas.

Em fevereiro de 1973 é publicado na documenta nº 147 parecer favorável do Conselho Federal de Educação para o magistério superior à ministração da disciplina "Fundamentos de Matemática Elementar". Apesar de sua atribulada vida profissional, em 1975 completa o curso de Engenharia de Segurança do

Trabalho pela Faculdade de Engenharia de Campinas com convenio com a Funda Centro.

Dando prova da sua competência profissional, 1978 é aprovado no concurso para provimento de cargo de professor III de Matemática.

Nesta época a vida profissional e acadêmica do professor Luís Henrique tomava a totalidade do seu tempo disponível, uma vez que ministrava aulas de Matemática nas escolas de Campinas (Colégio Estadual Aníbal de Freitas, de março de 1969 a fevereiro de 1980; EEPG "Carlos Cristóvão Zink", de fevereiro a julho de 1980; e na EEPG "Francisco Glicério" de agosto em diante), e ao mesmo tempo na Escola Técnica "Conselheiro Antônio Prado" e na PUC. Sua atuação sempre responsável e dedicada fez com que fosse durante vários anos membro da comissão de elaboração e coordenador dos exames de seleção para a escola Técnica "Cons. Antônio Prado".

Não obstante sua ocupação integral nas lides de sua profissão, em 1984, o professor Luís Henrique completa a sua graduação e Pedagogia pela Faculdade de Ciências e Letras "Plínio Augusto do Amaral" de Amparo.

Após quase 23 anos como professor de matemática, o professor Luís Henrique se sente em condições de administrar uma escola onde pudesse colocar em prática suas ideias avançadas e humanizadas. Com esse pensamento, presta exame e é aprovado no concurso de "Diretor", assumindo em seguida sua função na EEPSG Ângelo Campo Dall'Orto em Nova Veneza.

No mesmo ano completa o curso de Administração Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras "Plínio Augusto do Amaral", de Amparo.

Com sua morte aos 45 anos, o professor Luís Henrique após uma vida dedicada ao ensino, deixou em todos que o conheceram, principalmente os que dele aprenderam, um exemplo de dedicação, companheirismo e humildade na luta pela promoção do ser humano.

No dia 3 de fevereiro de 1989, dois ladrões de carro ceifaram sua vida, colocando fim a uma carreira brilhante de educador nato.

Por ser justa e oportuna, a homenagem aqui buscada merecerá, sem dúvida, o apoio dos nobres pares, perpetuando se o nome do Professor Luís Henrique Marchi como exemplo às futuras gerações de estudantes do município de Sumaré.

1.3 – Estrutura Física

Local de funcionamento: Prédio escolar

Forma de ocupação: prédio próprio

Água consumida pelos alunos: filtrada

Abastecimento de água: rede pública

Abastecimento de energia: rede pública

Esgoto sanitário: Rede pública

Destinação do lixo: Coleta periódica

Acesso à internet: sim



Espaço	Quantidade	Funcionalidade
Sala de aula	12	Ambiente de ensino- aprendizagem Os professores trocam de sala de acordo com o horário das aulas.
Sala de leitura	01	Espaço pedagógico para momentos de leitura e interatividade dos alunos. Não um profissional específico para esta sala, cada professor se organiza e elabora planos de aulas a serem executados neste ambiente.
Sala de Recursos audiovisuais	01	Atende alunos com Deficiência Intelectual dos períodos manhã e tarde, em horários opostos a que estudam
Sala "Acessa Escola"	01	Neste espaço, os professores incentivam a pesquisa on line para complementar as aulas programadas de acordo com os materiais didáticos

		As atividades	
Quadra esportiva	01	desportivas são	
gaaara ooperara	0.	desenvolvidas pelo	
		professor especialista dentro do	
		seu horário programado de	
		aulas.	
		Atendimento à toda comunidade	
Secretaria	01	escolar no período das 7h00 às	
Georgiana	O I	18h00. De segunda a sexta-	
		feira.	
		Espaço para atendimento de	
		professores, pais e funcionários,	
Sala da direção	01		
Sala da direção	O1	reuniões de gestores e expedientes burocrático da	
		gestão.	
		0	
		Ambiente de organização de materiais pedagógicos, de	
Sala da coordonação	01		
Sala da coordenação	UI	atendimento a alunos, pais e	
pedagógica		professores e de preparação da	
		formação contínua dos	
Carinha	04	professores	
Cozinha	01		
Cantina	01	A	
Zeladoria	01	Ambientes direcionados ao bem-	
Corredores	02	estar de todos os membros da	
Sanitários de alunos	02	escola e ao bom funcionamento	
Sanitários administrativos	02	logístico da escola.	
Banheiro com chuveiro	01		
Pátio coberto	01		

1.4 - Aspectos Ambientais

As informações abaixo referem-se ao contexto ambiental da escola

- Árvores ornamentais e frutíferas
- Horta educativa
- Jardim educativo, construído por pais, professores e alunos
- Tipos de poluição existentes nas proximidades da escola (em um raio de menos de 500 metros): indústria de solventes
- Ações/ equipamentos destinados a promover o conforto térmico na escola: ventiladores
- Merenda escolar: terceirizada

Prática ambiental desenvolvida pela escola: projetos, palestras, coleta seletiva de lixo dentro da unidade escolar.

Capítulo 2

VISÃO, MISSÃO

2.1 - VISÃO

Ser reconhecida como uma escola de excelência pela sociedade, por proporcionar um ensino de qualidade e valorizar a participação de todos no processo de aprendizagem.

2.2 - MISSÃO

Esta Escola tem por missão garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, com princípios de igualdade e equidade, oferecendo ensino satisfatório à comunidade, com condições de aprendizagem significativas, atualizadas e eficazes, na formação integral de sujeitos protagonistas, críticos, competentes, autônomos, éticos e solidários.



Capítulo 3

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

3.1- Organização do Funcionamento Escolar

A carga horária é de 1000 horas anuais para o Ensino
Fundamental Anos Iniciais e 1200 horas anuais para o Ensino Fundamental Anos
Finais e Médio, distribuídas por um número mínimo de 200 dias letivos.

O tempo escolar é organizado em ano. A jornada escolar está assim distribuída:

- Período matutino as atividades escolares iniciam-se às 7:00 horas e encerram as 12:20 horas:
- Período vespertino as atividades iniciam às 13:00 horas e encerram às 17:30 horas;

3.2- Organização Administrativa:

A Escola conta atualmente com 27 professores: 03 Efetivos, 06 OFA e 19 O,

- 02 professores da sala de recursos,
- 01 Gerente de organização,
- 01 diretora e 01 vice-diretora, 01 vice-diretora do Programa Escola da Família
- 02 agentes de organização
- 01 professor coordenador dos Anos Iniciais
- 01 professor coordenador dos Anos Finais e Médio.

3.3- Calendário Escolar

Calendário Escolar – A Direção juntamente com a equipe pedagógica, professores, funcionários e o conselho escolar após receber o calendário da SEED, realizam as mudanças necessárias ao referido calendário de acordo com as datas comemorativas municipais (aniversário da cidade e o dia do padroeiro), visando a adequação do mesmo e encaminhado Diretoria de Ensino de Sumaré, sempre obedecendo à legislação vigente.

- O Calendário Escolar fixará:
- a) Início e término do ano letivo;
- b) Dias para encontros pedagógicos;
- c) Dias destinado à reuniões dos colegiados;
- d) Férias do professor e aluno;
- e) Feriados oficiais;
- f) Recessos.



3.4.1- Regimento Escolar



O Regimento da EE Prof. Luís Henrique Marchi traz as regras de convívio, ou seja, é o conjunto de normas que define a organização e o funcionamento da unidade educacional e regulamenta as relações entre os diversos participantes do processo educativo, contribuindo para a execução do seu projeto político-pedagógico.

Nele temos: organização das etapas, modalidades e duração do ensino; gestão escolar; Conselho de Escola; instituições auxiliares, como as associações de pais e mestres (APMs); a organização do processo educativo, contemplando currículo, projeto político-pedagógico, ciclos de aprendizagem e desenvolvimento; Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio; o processo de avaliação (a avaliação institucional e a avaliação do processo educativo); as normas de convívio, contemplando direitos e deveres dos alunos, deveres da equipe escolar, participação dos pais ou responsáveis, medidas disciplinares; calendário de atividades, matrícula, classificação e reclassificação, recuperação; apuração da assiduidade, compensação das ausências, promoção; entre outros.

O Regimento é um documento bastante amplo que abrange todas as ações da escola, incluindo o seu projeto político-pedagógico. No Regimento, estão contidos os valores, os limites e as normas que indicam o horizonte que a escola deseja alcançar como instituição educativa. Nesse sentido, defini-los coloca luz sobre o papel das normas e

das regras na vida democrática, que devem servir de parâmetro para a garantia de direitos e a justiça, com base nos princípios da igualdade e da equidade.

8. Goddo Begulho, 250 CM 9. Judes Tades Cap 15180-510 Security 159 F.: (19) 3844-1834

As regras de convívio podem ser estabelecidas por meio de contratos ou podem ser impostas. Podem simplesmente estar

inscritas numa placa, ser tacitamente consensuais ou o resultado de um processo coletivo e decisório transparente. Para organizar a escola de modo democrático, a participação coletiva na elaboração dessas regras é essencial e, portanto, demanda a criação de processos de discussão e decisão abertos a todos os participantes da comunidade escolar. Com isso, atende-se à necessidade de as regras sociais serem legitimadas para que sejam seguidas, pois, da mesma forma que os educadores, o Regimento precisa ser respeitado por todos os integrantes da comunidade escolar.

3.4.2 - Plano de Gestão

Documento regido com a participação de todos em encontros como reunião de pais ou da Associação de Pais e Mestres (APM), do Conselho Escolar e de funcionários da escola É quadrienal e há cada ano são enviados anexos, específicos daquele ano letivo a diretoria de ensino para supervisão e orientações.

É um documento onde são registradas todas as ações da escola. No Plano de Gestão constam várias informações, como a formação da equipe escolar, horários de funcionamento da entidade, os recursos materiais e físicos do lugar, uma súmula do PPP, as temáticas que serão trabalhadas e todas as ações e eventos que serão desenvolvidos na escola durante o ano letivo.

É comum, no meio escolar, usarem a expressão "vivo" para o Plano de Gestão. Isso significa que ele é bastante flexível, permitindo mudanças, inserções e correções. A inserção de novos projetos ou modificações dos que já existem podem – e devem – ser feitas, uma vez que; os professores e educadores podem adaptar seus planos de ensino, até mesmo os pais podem pedir modificações nas atividades escolares já previstas.

Ele é visto por todos como um documento de reflexão crítica e de contínuas mudanças nas práticas escolares, onde há possibilidade de inclusão de ideias, sugestões e críticas vindas de qualquer membro da comunidade escolar.

3.4.3- Normas Gerais de Conduta Escolar Sistema de proteção escolar

A proteção integral da criança e do adolescente é uma obrigação que se impõe a todos. Isso implica garantir um ambiente socialmente saudável, que propicie condições indispensáveis para que homens e mulheres em fase de formação possam ampliar seus horizontes, trabalhar suas aptidões e expressar seus interesses, tornando- se cidadãs e cidadãos aptos a participar – de maneira ativa, pacífica e produtiva – dos diversos aspectos da vida social.



Esta busca do pleno desenvolvimento é um processo dinâmico, ao longo do qual, com frequência, eclodem conflitos complexos que podem causar perplexidade e insegurança aos jovens, uma vez que ainda não desenvolveram plenamente as habilidades sociais indispensáveis para enfrentar tais situações.

Não raro, surgem insatisfações e frustrações decorrentes dessas experiências negativas, o que pode deflagrar comportamentos indesejáveis —ou até mesmo inadmissíveis— em um ambiente escolar apropriado para a construção de suas personalidades.

Nesse sentido, é parte fundamental do processo educativo garantir a observância de regras saudáveis de convivência no ambiente escolar. Acatar o pacto social vigente – representado pelo conjunto de normas de conduta estabelecido e socialmente reconhecido – sustenta o delicado equilíbrio entre desejos, direitos e deveres individuais e coletivos que permeia a convivência social e garante a sobrevivência de uma sociedade democrática e de respeito à cidadania.

Na escola, como parte integrante da missão de educar, dirigentes, professores, diretores, funcionários, pais e colaboradores devem esclarecer, divulgar e observar as regras de comportamento e convivência, assim como encorajar os estudantes a respeitarem diferenças e praticarem a tolerância.

Este documento é um instrumento de apoio a estes procedimentos na rede pública de ensino estadual, constituindo-se em indispensável referencial comum a todas as escolas. Cabe a todos os integrantes da comunidade escolar aperfeiçoá-lo e atualizá-lo permanentemente.

Este estabelecimento de ensino adota estas Normas Gerais de Conduta Escolar como referência, porém medidas ou procedimentos adicionais, que não afronterno disposto nelas, podem ser adotados individualmente pelas escolas, havendo aprovação do Conselho Escolar.

Capítulo 4

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola é sem dúvida construída por sua comunidade – e é o gestor escolar ou a equipe diretiva da unidade que dá a tônica para as relações que se estabelecem no espaço. Fundamentalmente é o gestor que convida a comunidade escolar a participar de um projeto coletivo; é ele que mobiliza as pessoas e as articula a construir colaborativamente as normativas, a função social e os processos da escola. E é a condução dessa gestão, quando amparada por instrumentos democráticos, que possibilita que todos sejam corresponsabilizados e trabalhem juntos na construção de uma educação de qualidade.

4.1- AS INSTÂNCIAS COLEGIADAS

As instâncias colegiadas contribuem no processo de gestão democrática no sentido de possibilitar a participação da comunidade interna e externa da escola.

A seguir, apresentamos as instâncias colegiadas descrevendo suas funções no processo de gestão da escola:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS

Tem como meta contribuir na administração da escola sendo auxiliar da Direção, especificamente, no que se refere a organização da escola quanto à estrutura física.

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar trabalha em conjunto com a Direção no sentido de pensar a organização escolar e os projetos da escola. Contribui na validação das propostas pedagógicas e institucionais da escola. Reúnem-se de acordo com as necessidades da escola a partir da convocação da Direção.

GRÊMIO ESTUDANTIL

O grêmio Estudantil contribui no sentido de fornecer subsídio aos alunos quando os mesmos necessitam. O entendimento da escola em relação ao grêmio é que os alunos devem ser apenas orientados e não direcionados para garantir a construção da autonomia dos mesmos e que possam posicionar-se diante das situações que surgem. A participação do Grêmio na escola é no processo de formação de líderes que atuarão junto à direção no sentido de contribuir na tomada de decisões ou organização de estratégias e eventos junto à escola.

REPRESENTANTES DE TURMA

Os representantes de turma são alunos escolhidos em suas turmas pelos colegas para participar de reuniões junto à direção, ao corpo docente e pais com objetivo de ser elo de ligação entre a escola e turma. Os representantes de turma recebem orientações da Equipe Pedagógica durante o ano letivo no sentido de os mesmos terem condições para atuar com ética, comprometimento e discernimento em suas turmas. Cabe a eles trazer até a direção ou Equipe Pedagógica as situações que não forem possíveis de serem resolvidas em sala de aula em relação aos colegas e ou problemas administrativos e pedagógicos.

PROFESSOR COORDENADOR DE TURMA

Cada turma da escola tem o seu professor coordenador e o mesmo tem a incumbência de junto à turma eleger o aluno representante e estar sempre atento a questões pedagógicas e administrativas que ocorrerem no sentido de orientar a turma sempre que necessário. O professor também terá voz sobre questões específicas da turma nas reuniões pedagógicas e no Conselho de Classe.

GESTORES E PROFESSORES COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Uma escola só consegue implementar a educação integral de forma adequada quando a proposta tem o total comprometimento da equipe gestora. Diretores e



coordenadores pedagógicos devem assumir a responsabilidade de orientar e liderar os processos de gestão, mobilização e articulação necessários à plena realização do programa.

Assim, cabe à equipe gestora a (s):

Informação: assegurar que toda comunidade escolar tenha uma visão clara e compartilhada do que é e como acontece a educação integral, a partir das diretrizes oferecidas por sua rede.

Pactuação: assegurar que todos os atores da comunidade escolar estejam comprometidos com o novo projeto político pedagógico e tenham clareza sobre seus novos papéis.

Autonomia: criar comissões de trabalho na escola que se responsabilizem pelas diversas áreas da educação (atividades pedagógicas, articulação com a comunidade, comunicação e mobilização, infraestrutura, monitoramento e avaliação etc.)

Democracia: oferecer canais de escuta e participação, garantindo que professores, funcionários, familiares e estudante possam opinar sobre a proposta pedagógica e a gestão da escola, de forma que compartilhem sonhos, desejos e responsabilidades.

Transparência: compartilhar dificuldades, convocar a comunidade escolar para ajudar a resolvê-las e disponibilizar planilhas orçamentárias para que todos possam opinar e repensar os investimentos conjuntamente com a direção.

Acompanhamento: criar mecanismos para monitoramento permanente do programa de educação, a fim de que os envolvidos possam identificar as necessidades de mudança e celebrar os avanços alcançados.

Avaliação: construir coletivamente indicadores de qualidade e progresso do programa e indicadores de aprendizagem para todas as ações educativas, inclusive atividades complementares.



Comunicação: divulgar ações e resultados para orientar e motivar todos os envolvidos.

Integralidade: assegurar que o novo projeto político pedagógico supere a separação entre turno e contraturno, promovendo a integração entre disciplinas tradicionais e atividades complementares (oficinas, trilhas, disciplinas optativas), bem como entre professores e oficineiros da comunidade.

Inovação: criar oportunidades para que a comunidade escolar possa ter acesso a novas referências e identificar e/ou gerar soluções para as novas demandas geradas pelo programa de educação integral.

Infraestrutura: garantir as condições físicas necessárias para a realização das atividades de educação integral, otimizando recursos da escola, da rede e de parceiros externos.

Engajamento: integrar a escola ao seu entorno, participando da vida da comunidade e envolvendo-a em todas as etapas do programa de educação.

Parcerias: mobilizar o apoio de diferentes setores da comunidade – empresas, organizações da sociedade civil, serviços públicos, lideranças, moradores, familiares, artistas, entre outros -, de forma a ampliar os espaços e agentes da aprendizagem.

Educador comunitário: designar um educador da escola para articular oficineiros, parceiros, comunidade e professores, a fim de que criem um cardápio de oportunidades educativas que integrem o território ao currículo e ao projeto político pedagógico da escola.

Formação: promover ações sistemáticas de formação em educação integral para professores, oficineiros, parceiros da comunidade, entre outros agentes da educação integral.



O gestor efetivamente deve ser o responsável por garantir a realização de todas as atividades da escola – do planejamento

escolar à avaliação. Embora não seja "quem executa", deve ser o grande articulador da escola, organizando as comissões e segmentos representativos nas ações pactuadas colaborativamente.

Assim, ele precisa se autoavaliar, reconhecer sua importância e garantir que efetivamente tenha paixão pelo que faz.

O gestor precisa ser direto e transparente com a sua comunidade. Deve assumir dificuldades e convocar a participação de todos para resolvê-las. Mas, para tanto, é preciso que a comunidade se sinta envolvida no processo desde o início — o gestor deve compreender a relação de confiança com a sua comunidade como um processo dialógico.

Da mesma forma, o gestor precisa ter a coragem de propor inovações. Ao mesmo tempo em que não deve negar a opinião do coletivo, precisa ter clareza na implementação da agenda da escola e garantir que os segmentos atuem conforme o pactuado em diálogo com as propostas e construção das normativas do programa ou projeto elaborado na política pública.

Para garantir esse diálogo, deve gerar espaço de escuta com todos os representantes setoriais e sempre que possível, encaminhar as resoluções internas e ações e estratégias desenvolvidas na escola à sua respectiva Diretoria ou Secretaria de ensino. É preciso que o gestor identifique interlocutores que assumam a agenda como sua, gerando corresponsabilidade pelo projeto.

Uma vez que o gestor identifica os líderes da escola, as comissões podem debater e dispor/ decidir sobre os temas. É preciso que paulatinamente o gestor conceda autonomia para as comissões. Os temas podem ser tanto os que agregam quanto os que desagregam a comunidade na cultura e dinâmica escolar. Deve haver espaço

para se debruçar sobre o que não dá certo no programa e propor novas estratégias para resolver situações.

O gestor escolar precisa ter clareza dos temas que mobilizam e criam sentido para a participação da comunidade escolar. Para entender esses temas, ele pode fazer um diagnóstico com os segmentos representativos ou estimular que as comissões levantem e apresentem seus anseios.



Capítulo 5

JUSTIFICATIVA

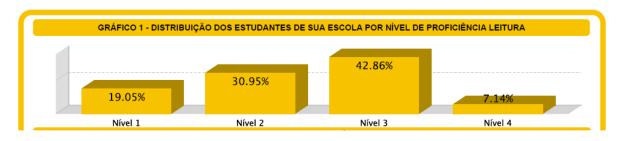
Todos os anos, os alunos passam por processos de avaliações internos e externos que determinam o nível de aprendizagem que estão adquirindo. Estes resultados são nossos eixos centrais na construção do Projeto Político Pedagógico.

Como trabalhamos com as modalidades de ensino Anos Iniciais, Finais e Médio podemos na maioria dos casos, visualizar o desenvolvimento dos alunos ano a ano e traçar metas que irão beneficiar o sistema de aprendizagem.

Na construção do Projeto Político Pedagógico levaremos em consideração todos os dados obtidos e, de forma democrática, criar metas para resolver os problemas que causam baixos rendimento na aprendizagem, a evasão, principalmente no 9º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Resultados Educacionais da EE Prof. Luís Henrique Marchi

LEITURA: Os resultados dos testes de aprendizagem em Leitura realizados em sua escola são apresentados em uma Escala de Proficiência*(Quadro 1), composta por quatro níveis progressivos e cumulativos, da menor para a maior proficiência. Significa dizer que quando um percentual de estudantes está posicionado em determinado nível da escala, pressupõe-se que, além de terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível, provavelmente também desenvolveram as habilidades referentes aos níveis anteriores.



QUADRO 1 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA EM LEITURA

Nível 1 (até 425 pontos) Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: Ler palavras com estrutura silábica canônica, não canônica, ainda que alternem sílabas canônicas e não canônicas.

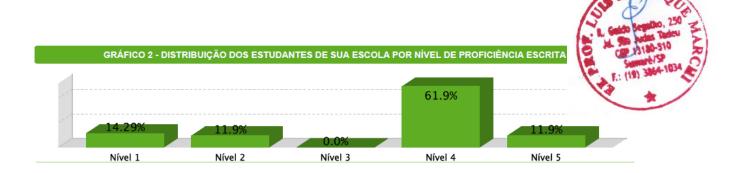
Nível 2 (maior que 425 até 525 pontos) Além das habilidades descritas no rível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: - Localizar informações explícitas em textos curtos como piada, parlenda, poema, quadrinho, fragmentos de narrativas e de curiosidade científica, e em textos de maior extensão, quando a informação está localizada na primeira linha do texto; - Reconhecer a finalidade de texto como convite, campanha publicitária, infográfico, receita, bilhete, anúncio, com ou sem apoio de imagem; - Identificar assunto em textos como campanha publicitária, curiosidade científica ou histórica, fragmento de reportagem e poema cujo assunto está no título ou na primeira linha; - Inferir relação de causa e consequência em tirinha.

Nível 3 (maior que 525 até 625 pontos) Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: - Localizar informação explícita em textos de maior extensão como fragmento de literatura infantil, curiosidade científica, sinopse, lenda, cantiga folclórica e poema, quando a informação está localizada no meio ou ao final do texto; - Identificar o referente de um pronome pessoal do caso reto em textos como tirinha e poema narrativo; - Inferir relação de causa e consequência em textos verbais como piada, fábula, fragmentos de textos de literatura infantil e texto de curiosidade científica, com base na progressão textual; informação em textos como história em quadrinhos, tirinha, piada, poema e cordel; assunto em textos de divulgação científica e fragmento de literatura infantil; e sentido de expressão de uso cotidiano em textos como poema narrativo, fragmentos de literatura infantil, de curiosidade científica e tirinha.

Nível 4 (maior que 625 pontos) Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: - Identificar o referente de: pronome possessivo em poema e cantiga; advérbio de lugar em reportagem; pronome demonstrativo em fragmento de texto de divulgação científica para o público infantil; pronome indefinido em fragmento de narrativa infantil; e pronome pessoal oblíquo em fragmento de narrativa infantil; - Identificar relação de tempo entre ações em fábula e os interlocutores de um diálogo em uma entrevista ficcional; - Inferir sentido de expressão não usual em fragmento de texto de narrativa infantil.

ESCRITA

Os resultados dos testes de aprendizagem em Escrita realizados em sua escola estão apresentados por níveis de uma Escala de Proficiência*. A Escala de Escrita é composta por cinco níveis e, no geral, pressupõe a progressão da aprendizagem de um nível para outro. No entanto, é importante ressaltar que o processo de aquisição da escrita não ocorre em etapas lineares.



QUADRO 2 - ESCALA DE PROFICIÊNCIA EM ESCRITA

Nível 1 (menor que 350 pontos) Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente não escrevem as palavras ou estabelecem algumas correspondências entre as letras grafadas e a pauta sonora, porém ainda não escrevem palavras alfabeticamente. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.

Nível 2 (maior ou igual a 350 e menor que 450 pontos) Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem alfabeticamente palavras com trocas ou omissão de letras, alterações na ordem das letras e outros desvios ortográficos. Em relação à produção de textos, os estudantes provavelmente não escrevem o texto ou produzem textos ilegíveis.

Nível 3 (maior ou igual a 450 e menor que 500 pontos) Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com estrutura silábica consoante vogal, apresentando alguns desvios ortográficos em palavras com estruturas silábicas mais complexas. Em relação à produção de textos, provavelmente escrevem de forma incipiente ou inadequada ao que foi proposto, sem as partes da história a ser contada, ou produzem fragmentos sem conectivos e/ou recursos de substituição lexical e/ou pontuação para estabelecer articulações entre partes do texto. Apresentam ainda grande quantidade de desvios ortográficos e de segmentação ao longo do texto

Nível 4 (maior ou igual a 500 e menor que 600 pontos) Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, embora possam não contemplar todos os elementos da narrativa e/ou partes da história a ser contada. Articulam as partes do texto com a utilização de conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores, mas ainda cometem desvios que comprometem parcialmente o sentido da narrativa, inclusive por não utilizar a pontuação ou utilizar os sinais de modo inadequado. Além disso, o texto pode apresentar poucos desvios de segmentação e alguns desvios ortográficos que não comprometem a compreensão.

Nível 5 (maior ou igual a 600 pontos) Em relação à escrita de palavras, os estudantes que se encontram neste nível provavelmente escrevem ortograficamente palavras com diferentes estruturas silábicas. Em relação à produção de textos, provavelmente atendem à proposta de dar continuidade a uma narrativa, evidenciando uma situação inicial, central e final, com narrador, espaço, tempo e personagens. Articulam as partes do texto com conectivos, recursos de substituição lexical e outros articuladores textuais. Segmentam e escrevem as palavras corretamente, embora o texto possa apresentar poucos desvios ortográficos e de pontuação que não comprometem a compreensão.

MATEMÁTICA





Nível 1 (até 425 pontos) Neste nível, os estudantes provavelmente são capazes de: - Ler horas e minutos em relógio digital; medida em instrumento (termômetro, régua) com valor procurado explícito. - Associar figura geométrica espacial ou plana a imagem de um objeto; contagem de até 20 objetos dispostos em forma organizada ou desorganizada à sua representação por algarismos. - Reconhecer planificação de figura geométrica espacial (paralelepípedo). - Identificar maior frequência em gráfico de colunas, com quatro categorias, ordenadas da maior para a menor. - Comparar espessura de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos organizados.

Nível 2 (maior que 425 até 525 pontos) Além das habilidades descritas no nível anterior, os estudantes provavelmente são capazes de: - Associar a escrita por extenso de números naturais com até 3 ordens à sua representação por algarismos. - Reconhecer figura geométrica plana (triângulo, retângulo, quadrado e círculo) a partir de sua nomenclatura. -Identificar o intervalo em que se encontra uma medida apresentada em um instrumento (balança analógica); registro de tempo em calendário; frequência associada a uma categoria em gráfico de colunas ou de barras, com quatro categorias; informação ou frequência associada a uma categoria em tabela simples ou de dupla entrada (com o máximo de 3 linhas e 4 colunas, ou 4 linhas e 3 colunas); a composição de um número natural de 2 algarismos, dada sua decomposição em ordens. - Comparar comprimento de imagens de objetos; quantidades pela contagem, identificando a maior quantidade, em grupos de até 20 objetos desorganizados; quantidades pela contagem, identificando quantidades iguais; números naturais não ordenados com até 3 algarismos. - Completar sequências numéricas crescentes de números naturais, de 2 em 2, de 4 em 4, de 5 em 5 ou de 10 em 10. - Calcular adição envolvendo dois números naturais de até 3 algarismos sem reagrupamento; subtração envolvendo dois números naturais de até 2 algarismos sem reagrupamento. -Determinar valor monetário de cédulas ou de agrupamento de cédulas e moedas, sem envolver reagrupamento de centavos em reais. - Resolver problema de adição ou subtração envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de acrescentar ou retirar e em que o estado final é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem

reagrupamento nos cálculos, com o significado de metade e em que o tamanho do grupo é desconhecido.

Nível 3 (maior que 525 até 575 pontos) Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: - Associar um agrupamento de cédulas e/ou moedas, com apoio de imagem ou dado por meio de um texto, a outro com mesmo valor monetário. - Identificar frequências iguais em gráfico de colunas, com quatro categorias; gráfico que representa um conjunto de informações dadas em um texto; frequência associada a uma categoria em tabela de dupla entrada (com mais de 4 colunas, ou mais de 4 linhas). - Completar sequência numérica decrescente de números naturais não consecutivos. - Calcular adição envolvendo dois números naturais de até 3 algarismos e apenas um reagrupamento (na ordem das unidades ou das dezenas); subtração envolvendo dois números naturais, em que pelo menos um deles tem 3 algarismos, sem reagrupamento. - Resolver problema de adição ou subtração envolvendo números naturais de 1 ou 2 algarismos, com ou sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de retirar e em que o estado inicial ou o estado final é desconhecido.

Nível 4 (maior que 575 pontos) Além das habilidades descritas nos níveis anteriores, os estudantes provavelmente são capazes de: - Inferir medida em instrumento (termômetro) com valor procurado não explícito. - Ler horas e minutos em relógios analógicos, identificando marcações de 10, 30 e 45 minutos, além de horas exatas. - Identificar composição ou decomposição aditiva de números naturais com até 3 algarismos, canônica (mais usual, ex.: 123 = 100 + 20 + 3) ou não canônica (ex.: 123 = 100 + 23); composição de um número natural de 3 algarismos, dada sua decomposição em ordens; uma categoria associada a uma frequência específica em gráfico de barra, com quatro categorias. -Calcular adição envolvendo dois números naturais de até 3 algarismos e mais de um reagrupamento (na ordem das unidades e das dezenas); subtração envolvendo dois números naturais com até 3 algarismos, com reagrupamento. - Resolver problema de adição ou subtração, envolvendo números naturais de até 3 algarismos, com ou sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de comparar e em que a diferença, a menor ou a maior quantidade seja desconhecida; problema de adição ou subtração, envolvendo números naturais de até 3 algarismos, com reagrupamento nos cálculos, com o significado de acrescentar e em que o estado inicial é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, com ou sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de formação de grupos iguais e em que o produto é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, com apoio de imagem ou não, com o significado de formação de grupos iguais e em que o tamanho do grupo ou o número de grupos é desconhecido; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de até 2 algarismos, sem reagrupamento nos cálculos, com o significado de comparar, incluindo dobro ou triplo, em que a maior quantidade é desconhecida; problema de multiplicação ou divisão envolvendo números naturais de 2 algarismos, com o significado de comparar, incluindo terça ou quarta parte, em que a menor quantidade é desconhecida.

AAP- 3º bimestre 2017

DESEMPENHO MÉDIO ANO AAP 3º BIMESTRE					
7.110	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA%			
	%				
2 º	64,5	75			
30	48,3	67			
40	61,5	69,6			
5º	83,9	75,4			
6º	65,1	44,6			
7 º	50,5	45,1			
80	58	41,2			
90	48	38			
1º EM	28	32,4			
2º EM	31,1	18,6			
3º EM	73	45			



Resultados finais da escola em 2017: promovidos, retidos e abandonos.

SEGMENTOS	APROVAÇÃO %	ANBANDONO %	REPROVAÇÃO
			%
INICIAIS	98	0	1,0
FINAIS	91,25	3,13	5,63
ENSINO MÉDIO	90,48	4,76	4,76

IDEB

Anos iniciais do Ensino Fundamental



Anos iniciais do Ensino Fundamental					
Esfera	IDEB Observado		Meta		
		2013	2015	2017	
IDEB Brasil	4.7	4.9	5.0	5.2	
IDEB Estado	5.4	5.8	5.8	6.1	
IDEB Município	5.6	5.7	6.0	6.2	
IDEB Escola (LUIS HENRIQUE MARCHI PROFESSOR)	4.8	4.9	5.9	6.1	

Anos finais do Ensino Fundamental

Anos finais do Ensino Fundamental					
Esfera		IDEB Observado		eta	
	2011	2013	2015	2017	
IDEB Brasil	3.9	4.0	4.5	4.7	
IDEB Estado	4.4	4.4	5.1	5.3	
IDEB Município	4.8	4.7	5.6	5.8	
IDEB Escola (LUIS HENRIQUE MARCHI PROFESSOR)	4.1	4.1	5.4	5.6	

Tema	Problema(s) Identificado(s)		
IDEB:	O IDEB dos anos finais da escola piorou nas duas últimas medições disponíveis.		
Taxas de Rendimento:	A taxa de aprovação da escola não melhorou nas duas últimas medições disponíveis, no ensino fundamental.		
	A taxa de reprovação da escola não diminuiu nas duas últimas medições disponíveis, no ensino fundamental.		
	A taxa de aprovação da escola não melhorou nas duas últimas medições disponíveis, no ensino médio.		
	A taxa de reprovação da escola não diminuiu nas duas últimas medições disponíveis, no ensino médio.		
	A taxa de abandono da escola não tem diminuído nas duas últimas medições disponíveis, no ensino médio.		

Tema	Problema(s) Identificado(s)		
Prova Brasil:	Os resultados de Língua Portuguesa na Prova Brasil nos anos finais do Ensino Fundamental não demonstram evolução nas duas últimas medições disponíveis.		
	Os resultados de Matemática na Prova Brasil nos anos finais do Ensino Fundamental não demonstram evolução nas duas últimas medições disponíveis.		
ENEM:	A média de desempenho da escola em Linguagem e Códigos foi menor que a média do Estado.		
	A média de desempenho da escola em Taxa de Redação foi menor que a média do Estado.		
	A média de desempenho da escola em Taxa de Matemática foi menor que a média do Estado.		
	A média de desempenho da escola em Taxa de Ciências Natureza foi menor que a média do Estado.		

1

Resultados do SARESP/IDESP 2017.

SARESP/IDESP 2017

ANO	DESEMPENHO	FLUXO	IDESP	META 2017
5º	5,37	0,98	5,30	4,87
90	3,18	0,91	2,90	2,07
3º EM	1,76	0,90	1,59	2,50

Partindo desses dados, a escola visa oferecer um plano de ação que atente para um ensino qualificado, gratuito e democrático, que promova o desenvolvimento pleno dos alunos, sempre em parceria com pais na realização de um trabalho ético e coerente com a Base Nacional Curricular Comum.

Capítulo 6

OBJETIVOS E METAS

6.1 – OBJETIVOS



Objetivo geral

Trabalhar com o conhecimento científico, articulando-o com a formação humana tendo como foco a ética e a cidadania; instrumentalizar a participação política e social com comprometimento solidário e responsável.

Objetivos específicos

São objetivos desta escola, além daqueles previstos pela Lei Federal 9394/96:

- I Desenvolver no educando seu preparo para o exercício da cidadania, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideiais de solidariedade humana, e sua qualificação para o trabalho mediante:
 - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - A compreensão do meio ambiente natural e social e do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamenta a solidariedade;
 - O desenvolvimento da capacidade e a formação de atitudes e valores;
 - Favorecimento ao acesso dos conhecimentos básicos e fundamentais da linguagem, da matemática, das ciências sociais e naturais a partir da visão de mundo e realidade que o educando traz

II- Elevar, de forma criteriosa, a qualidade de ensino oferecido aos seus educandos através de projetos especiais que estimulem sua participação e atuação

III- proporcionar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos 4 pilares da educação:





6.2 - Objetivos Educacionais

6.2.1- Ensino Fundamental de 09 anos

O **Ensino Fundamental** é um dos níveis da Educação Básica no Brasil. O Ensino fundamental é obrigatório, gratuito (nas escolas públicas), e atende crianças a partir dos 6 anos de idade.

O objetivo do Ensino Fundamental Brasileiro é a formação básica do cidadão. Para isso, segundo o artigo 32º da <u>LDB</u>, é necessário:

- I o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Desde 2006, a duração do Ensino Fundamental, que até então era de 8 anos, passou a ser de 9 anos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9395/96) foi alterada

em seus artigos 29, 30, 32 e 87, através da Lei Ordinária 11.274/2006, e ampliou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, estabelecendo como prazo para implementação da Lei pelos sistemas de ensino, o ano de 2010.



O Ensino Fundamental passou então a ser dividido da seguinte forma:

- Anos Iniciais compreende do 1º ao 5º ano, sendo que a criança ingressa no 1º ano aos 6 anos de idade.
- Anos Finais compreende do 6º ao 9º ano.

O currículo para o Ensino Fundamental nesta unidade de ensino obedece às seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais. (ART. 27°, LDB 9394/96)

A responsabilidade pela matrícula das crianças, obrigatoriamente aos 6 anos de idade, é dos pais. É dever da escola, tornar público o período de matrícula.

Além da LDB, o Ensino Fundamental é regrado por outros documentos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), os pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e as legislações de cada sistema de ensino.

Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das

formas diversas de exercício da 22 cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos.

Os conteúdos são constituídos por componentes curriculares que, por sua vez, se articulam com as áreas de conhecimento, a saber: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados.



O currículo da base nacional comum do Ensino Fundamental deve abranger, obrigatoriamente, conforme o art. 26 da LDB, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental serão assim organizados em relação às áreas de conhecimento:

- I Linguagens: a) Língua Portuguesa; b) Língua materna, para populações indígenas;
- c) Língua estrangeira moderna; d) Arte; e) Educação Física;
- II Matemática:
- III Ciências da Natureza;
- IV Ciências Humanas: a) História; b) Geografia;
- V Ensino Religioso.

O Ensino Fundamental deve ser ministrado em língua portuguesa, assegurada também às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas.

A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, deverão assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação.

A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas no § 3º do art. 26 da LDB.

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual.

Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.

Outras leis específicas que complementam a Lei nº 9.394/96 determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97).

A transversalidade constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada. Aos órgãos executivos dos sistemas de ensino compete a produção e a disseminação de materiais subsidiários ao trabalho docente, que contribuam para a eliminação de discriminações, racismo, sexismo, homofobia e outros preconceitos e que conduzam à adoção de comportamentos responsáveis e solidários em relação aos outros e ao meio ambiente.

Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma língua estrangeira moderna. No caso da EE Prof. Luís Henrique Marchi, a língua inglesa O currículo exige a estruturação de um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes nos diferentes contextos sociais. Ciclos, séries e outras formas de organização a que se refere a Lei nº 9.394/96 serão compreendidos como tempos e espaços interdependentes e articulados entre si, ao longo dos 9 (nove) anos de duração do Ensino Fundamental. Gestão democrática e participativa como garantia do direito à educação.

O projeto político-pedagógico e o Regimento Escolar estão sendo elaborados de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática, ou seja, traduzindo uma proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino. Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.

Os sistemas de ensino e as escolas assegurarão adequadas condições de trabalho aos seus profissionais e o provimento de outros insumos, de acordo com os padrões mínimos de qualidade referidos no inciso IX do art. 4º da Lei nº 9.394/96 e em normas específicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com vistas à criação de um ambiente propício à aprendizagem.

Os sistemas de ensino, as escolas e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, envidarão esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida.

O princípio da continuidade não deve ser traduzido como "promoção automática" de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, bem como o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem. A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares e as atividades de reforço, a articulação entre a escola e a comunidade, e o acesso aos espaços de expressão cultural.

A utilização qualificada das tecnologias e conteúdos das mídias como recurso aliado ao desenvolvimento do currículo contribui para o importante papel que tem a escola como ambiente de inclusão digital e de utilização crítica das tecnologias da informação e comunicação, requerendo o aporte dos sistemas de ensino no que se refere à provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para o atendimento aos alunos, e a adequada formação do professor e demais profissionais da escola. Articulações e continuidade da trajetória escolar. É imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica.

Na passagem dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, especial atenção será dada:

a) pelos sistemas de ensino, ao planejamento da oferta educativa dos alunos transferidos das redes municipais para as estaduais;

b) pelas escolas, à coordenação das demandas específicas feitas pelos diferentes professores aos alunos, a fim de que os estudantes possam melhor organizar as suas atividades diante das solicitações muito diversas que recebem.

Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

- a) a alfabetização e o letramento;
- b) o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;
- c) a continuidade da aprendizagem. Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos. Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.

6.2.2- Ensino Médio

Com o objetivo de orientar as atividades das escolas e dos sistemas educativos no sentido da garantia da oferta de uma educação de qualidade, as novas Diretrizes tratam da definição da identidade e das finalidades do Ensino Médio, analisam as características e as necessidades dos estudantes, discutem a organização curricular e tratam do papel que deve ser desempenhado pelos sistemas educativos e pelo Ministério da Educação.

Identidade e finalidades do Ensino Médio A identidade do Ensino Médio se configura quando afirmamos que ele é a última etapa da Educação Básica e como tal é um direito de todos que deve ser garantido pelo Estado e incentivado pela sociedade.

Seguindo esses preceitos, a EE Prof. Luís Henrique Marchi tem conferecer para o aluno do Ensino Médio:

- A formação integral do estudante.
- O trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente.
- A educação em Direitos Humanos como princípio nacional norteador.
- A sustentabilidade ambiental como meta universal.
- A indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.
- A integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização.
- O reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes.
- A integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia
 e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

Queremos para nossos alunos do Ensino Médio:

- a) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- b) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- c) o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- d) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática. Os sujeitos/estudantes do Ensino Médio A decisão sobre a oferta e organização do Ensino Médio deve ser precedida de uma análise dos destinatários e sujeitos dessa etapa educacional que são, predominantemente, adolescentes e jovens.

No atendimento ao que estabelece a LDB, preparamos o currículo do Ensino Médio de acordo com a base comum nacional, organizado em quatro áreas do

conhecimento: linguagens, matemática, ciências naturais e ciências sociais. Destacase que o currículo deve contemplar as quatro áreas de conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos. A legislação nacional determina os componentes obrigatórios que constituem a base nacional comum e que devem ser tratados em uma ou mais áreas de conhecimento na composição do currículo.

São eles:

- a) o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;
- b) o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, com a Música como seu conteúdo obrigatório, mas não exclusivo;
- c) a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, sendo sua prática facultativa ao estudante nos casos previstos em lei;
- d) o ensino da História do Brasil, que leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;
- e) o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras;
- f) a Filosofia e a Sociologia em todos os anos do curso; g) uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Os componentes curriculares devem propiciar a apropriação de conceitos e categorias básicas, e não o acúmulo de informações e conhecimentos, estabelecendo um conjunto necessário de saberes integrados e significativos. Além de seleção criteriosa de saberes, em termos de quantidade, pertinência e relevância, deve ser equilibrada sua distribuição ao longo do curso, para evitar fragmentação e congestionamento com número excessivo de componentes em cada tempo da organização escolar.

A organização curricular do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos

interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais culturais, bem como sua fase de desenvolvimento.

Formas diversificadas de itinerários podem ser organizadas, desde que garantida a simultaneidade entre as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e definidas pelo projeto político-pedagógico, atendendo necessidades, anseios e aspirações dos sujeitos e a realidade da escola e do seu meio.

A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento. Direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio.

Os conteúdos, as metodologias e a avaliação estão sendo organizados nesta UE de maneira que, no final do Ensino Médio, o estudante demonstre domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e conhecimentos das formas contemporâneas de linguagem. Para além das capacidades cognitivas listadas no art. 12, o Ensino Médio deve, em atendimento ao que determina o art. 32 da LDB, propiciar o desenvolvimento da capacidade de aprender e a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

A Escola tem, ainda, por objetivo:

- Proporcionar a formação continuada de gestores, coordenadores e professores;
- Implementar projetos educativos e sociais;
- Buscar a participação e integração escola-família e comunidade, através de reuniões, palestras e eventos.
- Estabelecer parcerias com redes de atendimento;
- Otimizar e organizar o tempo e o espaço escolar, contemplando a integralização do ambiente enquanto espaço educativo;

6.2.3- Educação Inclusiva

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394/96) prevê no artigo 12, inciso I que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua

proposta pedagógica". Isso significa que a escola tem autoridade para elaborar a sua intencionalidade educativa e fazê-la realizar num determinado espaço de tempo. A educação inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário etico dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social. A identidade pessoal e social é essencial para o desenvolvimento de todo o indivíduo, enquanto ser humano e enquanto cidadão. Embora a Constituição Federal do Brasil assuma o princípio da igualdade como pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa no seu Artigo 5°, não podemos ignorar que a sociedade ainda exclui visivelmente os diferentes.

Para que o princípio da igualdade seja real, ela tem que ser relativa. Isto significa que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir as oportunidades existentes. Há que se enfatizar, que tratamento diferenciado não se refere à instituição de privilégio, e sim, à disponibilidade das condições exigidas pelas características peculiares de cada indivíduo, na garantia da igualdade. A família é o primeiro espaço social da criança, no qual ela constrói referências e valores. Neste contexto, a escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência de cidadania e de direitos, já que é na escola que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar. Embora as famílias estejam sofrendo um processo de desestruturação, a sua participação e da comunidade pode trazer para a escola informações, críticas, solicitações, desvelando necessidades e sinalizando rumos. A sugestões, comunidade, entretanto, é o espaço mais amplo, onde novas referências e valores se desenvolvem. Para se efetivar a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, não basta eliminar barreiras arquitetônicas, fundamentalmente construir um currículo inclusivo que atenda às diversidades passível de adaptações dos objetivos específicos e metodológicos, mantendo, porém, a base comum.

As adaptações curriculares se caracterizam pela procura de uma maior flexibilidade e dinamismo de cada instituição escolar e da formação de cada educador. Há que se considerar também o fortalecimento de processo de cooperação entre os altinos que ao auxiliarem seus colegas, estarão construindo conhecimento e aprendendo com a experiência da convivência com os diferentes. Sendo assim, no que se refere à inclusão, a nossa escola está elaborando sua proposta pedagógica de forma a atender o aluno com necessidades educativas especiais dentro dos critérios de crescimento intelectual, social e humano.

6.3- METAS

Metas desta Unidade de Ensino por dimensão escolar

Gestão Participativa

- Dar às pessoas a oportunidade de organizar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentirem-se partes orgânicas da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais.
- Fazer com que participação seja entendida por todos como processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão, pois é caracterizado pelo interapoio na convivência do cotidiano da escola, na busca, pelos seus agentes, da superação das dificuldades e limitações e do bom cumprimento de sua finalidade social.
- Criar um espírito democrático para que os colegiados, coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem um caminho para superar as dificuldades nas quais julgarem mais carentes de atenção. Portanto, os problemas são apontados pelo próprio grupo, e não apenas pelo diretor da escola e/ou sua equipe técnico-pedagógica.

Gestão dos Recursos Humanos

- Articular o trabalho de formação coletiva na unidade escolar, através das ATPCs, planejamento e replanejamento e reuniões pedagógicas e administrativas.

- Verificar continuamente os resultados obtidos nas avaliações internas e externas, fazendo a divulgação dos mesmos e as estratégias que contribuam na melhoria do ensino-aprendizagem.
- Acompanhar o trabalho pedagógico realizado pelos professores sugerindo situações de ensino aprendizagem que venham facilitar e enriquecer o trabalho em sala de aula.



- Garantir um alinhamento entre diretor e coordenador pedagógico para que o processo ensino-aprendizagem seja favorecido.
- Manter o controle da assiduidade dos professores, funcionários e alunos para que haja uma estabilidade positiva na rotina escola.
- Incentivar professores, gestores e funcionários a se capacitarem através de cursos oferecidos pela SEE

Gestão dos Recursos Físicos e Financeiros

- Promover um trabalho de conscientização de todos os membros da escola sobre a preservação do patrimônio escolar.
- Manter o funcionamento e conservação adequados das instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e materiais pedagógicos
- Conseguir uma reforma da quadra esportiva através de orgãos competetentes da secretaria da educação
- Reforma da sala de leitura: troca de piso e reorganização das prateleiras
- Restauração da caixa d'água, troca de canos.
- Incluir na formação dos professores a importancia de prática diverisificada para que os ambientes da escola sejam utilziados como recursos pedagógicos
- Estabelecer a integração dos pais, professores e alunos que participam da APM para que os recursos finaceiros sejam bem aplicados, trazendo beneficios educaionais a todos
- Criar vias de acessibildiade em todos os ambientes da escola
- Reformar as mesas do refeitório para evitar acidentes com os alunos.

Gestão dos resultados educacionais do ensino e da Aprendizagem

- Trabalhar com os indicadores da escola, de forma condensada, de fácil mensuração, compreensão com enfoque integrador, fazendo relação com outros esultados de Diretoria de Ensino e do estado de São Paulo
- Prestar contas aos pais e responsáveis destes resultados de aprendizagem (rendimentos, frequência e proficiencia) e das consequências na vida escolar do aluno
- Tornar a avaliação escolar um meio de obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada aluno, constituindo-se em um procedimento permanente de suporte ao processo ensino-aprendizagem, de orientação para o professor planejar suas ações, a fim de conseguir ajudar o aluno a prosseguir, com êxito, seu processo de escolarização.
- Diminuir a taxa de retenção e evasão escolar tomando algumas medidas básicas como:
- a- Identificação dos pontos fracos da escola

Em primeiro lugar, é preciso saber quais são os principais motivos que levam à evasão e saber em quais disciplinas ou séries/anos há maior perda de alunos. A partir deste mapeamento, a escola irá buscar as soluções para diminuir a evasão escolar.

b- Avaliação do projeto pedagógico

Pensar se as linhas pedagógicas adotadas pela escola estão contribuindo ou não para o interesse dos alunos no estudo. É muito importante que o currículo ofereça atividades que deem prazer aos alunos e proporcionem o contato com as disciplinas por meio de atividades motivadoras e instigantes. Organização de um horário de aula mais pedagógico: a divisão de disciplinas humanas e exatas deve ser feita pensando na organização da rotina de estudos dos alunos. Além disso, as matérias criativas devem estar presentes para contrabalancear as mais teóricas.

c- Consideração com os benefícios sociais para os alunos

Enquanto a mudança de currículo pode ser eficiente em alguns lugares, em outros pode não funcionar se as causas da evasão estiverem relacionadas a fatores externos à escola. Quando o fator está relacionado com uma situação social desfavorecida, em que os alunos têm dificuldade de ter condições para o transporte ou mesmo para o lanche, é o caso de pensar se a escola não pode oferecer algum benefício para eles.

É necessário também pensar no acompanhamento pedagógico dos estudantes, como forma de orientá-los dentro da escola sobre a importância e o valor da formação escolar.

d- Oferecer materiais didáticos adequados

Um fator que também contribui para a evasão é a utilização de material escolar defasado com relação às possibilidades e recursos mais atuais. Na era da internet, é preciso pensar em um material interativo, atualizado e, se possível, interdisciplinar e participativo. O material deve trazer temas e assuntos relacionados à realidade dos estudantes, para criar com os alunos uma identificação, despertando o interesse deles pelas disciplinas.

e- Melhorias na infraestrutura da escola

O espaço de uma escola deve ser atraente o suficiente para que o aluno não deseje sair dela. Se para alguns parece uma meta utópica, em muitos lugares ela é real.

A infraestrutura envolve desde laboratórios e equipamentos para disciplinas específicas, a espaços de convívio e lazer dentro da escola. Para as disciplinas que têm uma carga muito teórica, o ideal é equilibrar com uma atividade prática, que pode ser feita em outra sala da escola.

As atividades coletivas proporcionam uma integração melhor entre aluno e professor e cria uma rotina mais dinâmica de aprendizado. Mesmo havendo muitas estratégias para combater a evasão escolar, não quer dizer que todas elas irão funcionar para todas as escolas.

- Incentivo aos alunos para ingressem na Educação de Ensino Superior e Cursos Técnicos para sua efetivação profissional e social.
- Criar um plano de gestão que contemple as Metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação:

Meta 2 – Garantir acesso e permanência no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população, a partir dos 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PEE.

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB no Estado:

IDEB						
Etapas - Níveis de Ensino		2015	2017	2019	2021	
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	6,0	6,3	6,5	6,7	
	Anos Finais	5,4	5,6	5,9	6,1	
Ensino Médio		4,5	5,0	5,2	5,4	
Fonte: INEP		-	•		1	

Meta 19 – Gestão democrática - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da aprovação do PEE, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do Estado para tanto.

Meta 21: Formação continuada - Viabilizar um novo modelo de formação para os profissionais da Secretaria da Educação, visando ao exercício do magistério e/ou das atividades relacionadas à gestão da educação básica, considerando os Quadros dos Servidores, a saber: Quadro do Magistério - QM, Quadro de Apoio Escolar – QAE e Quadro de Suporte Escolar – QSE, de acordo com a estrutura vigente.

Capítulo 7

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS



7.1- PRINCÍPIOS LEGAIS

Atualmente, vigora no Brasil, uma política pública voltada para a construção da cidadania, e do cumprimento dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito aos direitos das crianças e adolescentes. Foram muitas as conquistas legais no campo dos direitos da criança e da infância. A Constituição Federal de 1988 foi o marco para esta conquista seguida pelo ECA - Estatuto da Criança e Adolescente. A Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever dos pais, da sociedade e do poder público diante da educação a garantia dos direitos das crianças, sendo estes inseridos no artigo 227 que relata: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. Portanto, após a Carta Magna, os pais, a sociedade, as instituições de atendimento e o governo são obrigados a respeitar os direitos definidos na mesma. A LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - Lei 9394/96, consolidou estes fatos gradativamente com as modificações a ela incorporada. O Conselho Nacional de Educação mediante pareceres e resoluções redesenham esse novo olhar e posicionamento diante da infância via Educação Básica. Paralelamente, os Sistemas de Ensino e Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação reafirmam estas conquistas.

A Resolução 07/2010 da CEB/CNE adota como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I – Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais, da busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

III – Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidades plurais e solidárias. De acordo com a LDB 9394/96, o Ensino Fundamental é uma das etapas da Educação Básica, obrigatório e gratuito na escola pública, devendo ter, no mínimo, duzentos dias letivos e oitocentas horas de efetivo trabalho escolar.

7.2- PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

Uma determinada época histórica é constituída por determinados valores, com formas de ser e viver que buscam a plenitude. Enquanto estas concepções se envolvem ou são envolvidas pelos homens, em busca da plenitude, a sociedade está em constante mudança. Se os valores rompem o equilíbrio, começam a decair; esgotam-se, não correspondem aos novos anseios da sociedade. Mas, como esta não morre, novos valores começam a buscar a plenitude. A esse período chamamos transição. Toda transição é mudança, mas não vice-versa. Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos. (FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 1979). Em relação aos sujeitos que queremos formar:

- Autônomos e éticos, familiarizados com o conhecimento e a cultura historicamente construídos.
- Críticos, ativos e conscientes de que a educação é o único caminho para um futuro melhor.
- Que não sejam passivos e alheios aos avanços da sociedade e capazes de transformá-la.
- Sujeitos que com criatividade possam valorizar a vida, lutando pelos seus ideais.

- Que se tornem cidadãos apropriando e aprimorando o conhecimento adquirido e que faça uso dele para o bem comum e percebendo nas relações sociais a aplicabilidade desse conhecimento.
- -Sujeito que saiba localizar-se no tempo, no espaço, na comunidade, no mune perceber a correlação dos saberes.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e dos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

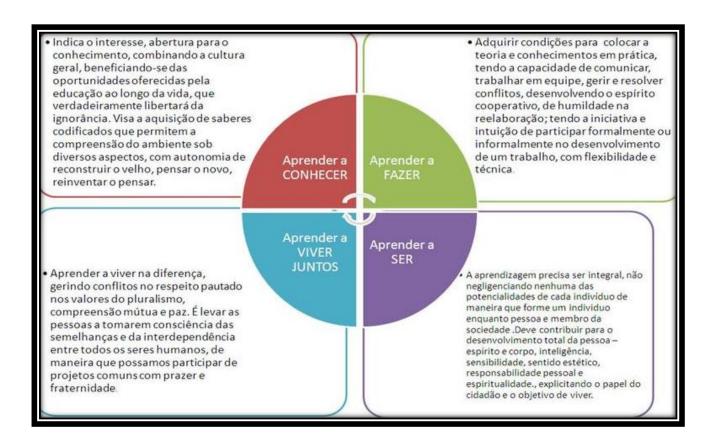
- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extra escolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Capítulo 8

PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS



Pensar não só na capacidade técnica, mas nas suas habilidades socioemocionais é um pressuposto que deve ser abordado em qualquer aprendizagem. A EE Prof. Luís Henrique Marchi preocupa-se em passar essa visão em todos seus projetos de trabalho para assim ajudar a criar uma aprendizagem integral. Na imagem abaixo temos os quatro pilares da educação definidos pela Unesco no relatório de Jacques Delors e que temos como referências em nossos trabalhos.



A Escola Estadual Prof. Luís Henrique Marchi tem como tendência pedagógica a Pedagogia crítico-social dos conteúdos, visto que esta corrente da pedagogia progressista defende o ponto de vista de que a principal contribuição da escola para a democratização da sociedade está na difusão da escolarização para todos, colocando a formação cultural e científica nas mãos do povo como instrumento de luta para sua emancipação. Valoriza a instrução como domínio do saber sistematizado e os meios de ensino como processo de desenvolvimento das capacidades cognitivas

dos alunos e viabilização da atividade de transmissão/assimilação ativa de conhecimentos.

A pedagogia crítico-social propõe uma teoria pedagógica embasada numa concepção de mundo que parte das condições concretas em que se desenvolve a luta de classes; propõe uma didática que determina princípios e meios como diretrizes orientadoras para os processos de ensino necessários ao domínio de conhecimentos, garantindo durabilidade aos efeitos formativos da instrução e da educação.

O trabalho docente concebe o aluno como ser educável, sujeito ativo do próprio conhecimento, mas também como ser social, historicamente determinado, indivíduo concreto, inserido no movimento coletivo de emancipação humana. É preciso que o professor aprenda a abarcar todos os aspectos, ligações e mediações inerentes à ação pedagógica, tomá-lo no seu desenvolvimento, nas suas contradições, a fim de introduzir no trabalho docente a dimensão da prática histórico-social no processo do conhecimento.

Neste sentido, levamos em consideração:

- O Papel da Escola: É a tarefa primordial. Conteúdos abstratos, mas vivos, concretos. A escola é a parte integrante de todo social, a função é "uma atividade mediadora no seio da prática social e global". Consiste para o mundo adulto.
- **Os Conteúdos**: São os conteúdos culturais universais que se constituíram em domínios de conhecimento relativamente autônomos, não basta que eles sejam apenas ensinados, é preciso que se liguem de forma indissociável.
- A Postura da Pedagogia dos Conteúdos: assume o saber como tendo um conteúdo relativamente objetivo, mas ao mesmo tempo "introduz" a possibilidade de uma reavaliação crítica frente a este conteúdo.
- **Os Método**: É preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos.
- O Professor x Aluno: Consiste no movimento das condições em que professor e alunos possam colaborar para fazer progredir essas trocas. O esforço de elaboração de uma pedagogia dos conteúdos está em propor ensinos voltados para a interação "conteúdos x realidades sociais".

- Os Pressupostos: O aluno se reconhece nos conteúdos e modelos sociais apresentados pelo professor. O conhecimento novo se apoia numa estrutura cognitiva já existente.

Será tomado como pressupostos educacionais desta escola a Relevância dos conteúdos, integração e abordagens partindo das seguintes estrategias:

- a- Propostas curriculares ordenadas em torno de grandes eixos articuladores; projetos interdisciplinares com base em temas geradores formulados a partir de questões da comunidade e articulados aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento; currículos em rede; propostas ordenadas em torno de conceitos-chave ou conceitos nucleares que permitam trabalhar as questões cognitivas e as questões culturais numa perspectiva transversal; e projetos de trabalho com diversas acepções.
- b- Projetos propostos pela escola, comunidade, redes e sistemas de ensino serão articulados ao desenvolvimento dos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, observadas as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2010, art. 17) e nos termos do Parecer que dá base à presente Resolução.
- c- Os professores levarão em conta a diversidade sociocultural da população escolar, as desigualdades de acesso ao consumo de bens culturais e a multiplicidade de interesses e necessidades apresentadas pelos alunos no desenvolvimento de metodologias e estratégias variadas que melhor respondam às diferenças de aprendizagem entre os estudantes e às suas demandas.
- d- Assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida. O princípio da continuidade não deve ser traduzido como "promoção automática" de alunos de um ano, série ou ciclo para o seguinte, bem como o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino e a aprendizagem.
- e- A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados

- suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares e as atividades de reforço, a articulação entre a escola e a comunidade, e o acesso aos espaços de expressão cultural.
- f- Manter a utilização qualificada das tecnologias e conteúdo das mídias como recurso aliado ao desenvolvimento do currículo contribui para o importante papel que tem a escola como ambiente de inclusão digital e de utilização crítica das tecnologias da informação e comunicação, requerendo o aporte dos sistemas de ensino no que se refere à provisão de recursos midiáticos atualizados e em número suficiente para o atendimento aos alunos, e a adequada formação do professor e demais profissionais da escola.
- g- Promover as articulações e continuidade da trajetória escolar. É imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica.

Capítulo 09



de projetos ou iniciativas realizados.

currículos.

PROPOSTA CURRICULAR



A EE Prof. Luís Henrique Marchi pretende, em sua proposta curricular, contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens de seus alunos. Esse processo partirá dos conhecimentos e das experiências práticas já acumulados, ou seja, da sistematização, revisão e recuperação de documentos, publicações e diagnósticos já existentes e do levantamento e análise dos resultados

A organização curricular é uma importante ferramenta de apoio à prática docente e às aprendizagens dos estudantes. Partindo da definição de objetivos amplos e mais específicos, cada professor planeja trajetórias para que seus estudantes possam construir aprendizagens significativas. Essa tarefa está ancorada em grandes pressupostos, como a forma de conceber os fins da educação, a compreensão de como cada área de conhecimento pode contribuir para a formação dos estudantes e os parâmetros legais que indicam como os sistemas de ensino devem organizar seus

De acordo com a Lei no 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e suas emendas, os currículos do Ensino Fundamental devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política.

O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes.

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, deve ajustar-se às faixas etárias e às condições da população escolar.

O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. Ainda, a Lei no 10.639/03 introduz no currículo a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", que incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro

na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Uma das grandes preocupações dos educadores, fundamentada em diversas investigações sobre o assunto, é a possível fragmentação dos conhecimentos, que uma dada organização curricular pode provocar, quando apenas justapõe conteúdos das diferentes áreas sem promover a articulação entre eles.

A organização curricular deve superar fronteiras, sempre artificiais, de conhecimentos específicos e integrar conteúdos diversos em unidades coerentes que apoiem também uma aprendizagem mais integrada pelos alunos, para os quais uma opção desse tipo possa realmente oferecer algo com sentido cultural e não meros retalhos de saberes justapostos. Seja no âmbito de uma área ou de um grupo de áreas diversas, a forma de organização curricular tem enorme importância porque as decisões que se tomam condicionam também as relações possíveis que o aluno vai estabelecer em sua aprendizagem.

9.1- O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DE SALA DE AULA Ao planejarmos, nossa preocupação principal é organizar o espaço, o tempo, os materiais, as atividades, as estratégias de trabalho e replanejar as ações a partir da reflexão do trabalho diário. Queremos garantir que se tenha tempo para falar, ouvir, brincar, ler histórias, desenhar, pintar, comer, descansar, sonhar, criar e promover o contato com o conhecimento legitimado e a cultura vigente, realizar tudo isto com qualidade e assim construir a identidade do grupo junto com a criança.

O planejamento deve ser flexível e aberto à contribuição das crianças, aos acontecimentos imprevistos e significativos. Ele deve servir para o educador desenvolver uma análise crítica do seu trabalho, buscando um aperfeiçoamento e novos significados para sua prática pedagógica.

Ao registrar o Planejamento Anual e Planos de Aulas Diários ressaltamos a seguinte estrutura:

- **Objetivos Gerais**: Deve descrever de modo claro e sucinto uma meta a ser atingida. Deve ser claro de modo a explicar o que realmente deseja-se obter com o estudo.
- **Objetivos específicos**: Caracterizam as etapas ou fases da ação descrita no objetivo geral. Os objetivos devem ser redigidos utilizando verbos operacionais no infinitivo, como forma de caracterizar diretamente as ações que são propostas pelo planejamento.

- As competências e habilidades: Habilidades é o saber fazer, são inseparáveis da ação, mas exigem domínio de conhecimentos. As competências pressupõem operações mentais, capacidade para usar as habilidades, e empregá-las de atitudes adequadas à realização de tarefas.
- Os conteúdos: São os assuntos, temas, matérias, disciplinas, enfim, as atividades diversas que compõem o processo de ensino-aprendizagem.
- A metodologia: Procedimento elaborado, um conjunto de regras, meios e processos úteis para a pesquisa, o estudo, a investigação ou a ação educativa.
- A avaliação: Critérios e recursos para avaliar os alunos Os temas transversais:
 São temas sociais que deverão estar ligados aos conteúdos.
- **Recursos necessários**: São os materiais necessários para o planejamento possa ser colocado em prática.
- **Cronograma:** O tempo que se necessita para que as ações planejadas possam ser realizadas.
- Adequações curriculares significativas: alterações substanciais que dizem respeito a um ou mais elementos do currículo (objetivos, conteúdos, metodologias, avaliação), e a uma ou mais subáreas de aprendizagem, conduzidas pelo professor, em colaboração com o (a) especialista (s) para apoiar os processos de aprendizagem (psicólogo, terapeuta da fala, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo)

9.2- DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Como o Projeto Político Pedagógico não é um documento acabado entende-se que deve ser constantemente avaliado e realimentado. Para isso, propõe-se que aconteçam reuniões e assembleias semestralmente para analisar e avaliar o que está sendo desenvolvido apontando os aspectos positivos e negativos e os encaminhamentos necessários.

Essas assembleias também poderão apontar as distorções e ou falhas apresentadas no relato deste documento. Além das assembleias semestrais estão propostas ainda as seguintes formas de acompanhamento e avaliação:

- Desempenho do pessoal docente e não docente

Será realizado um processo de auto – avaliação através de conversas com cada professor e funcionário semestralmente, pela equipe pedagógica e direção. Essa avaliação será registrada e documentada em documentos próprios e nos painéis disponíveis no estabelecimento de ensino.

- Das atividades curriculares

Após cada atividade, será realizada uma reunião com os envolvidos para levantar os aspectos positivos e negativos do processo para possíveis acertos.

9.2- AVALIAÇÃO

DA APRENDIZAGEM

O registro e a observação são indispensáveis para avaliar o quanto o aluno se desenvolve, o quanto ele apreende, o quanto o conhecimento passado ajuda a criança a superar dificuldades, o quanto estimula suas descobertas.

A avaliação é meio de aprendizagem que tem como função auxiliar e orientar o professor sobre as capacidades e competências na compreensão dos saberes escolares.

Os resultados destas avaliações devem possibilitar ao professor rever estratégias que vem utilizando, constatar a necessidade de retomar determinadas atividades e estar sempre em busca de conhecer um pouco mais sobre o pensamento de seus alunos. A avaliação se norteia pelas concepções de criança e de educação do professor. É importante ressaltar o caráter não sentenciou da avaliação.

CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO NO CONSELHO DE CLASSE

- · Avanços obtidos na aprendizagem;
- Trabalho realizado para que o aluno melhore a aprendizagem;
- Desempenho do aluno em todas as disciplinas;
- Situações de inclusão;
- Questões estruturais que prejudicam o aluno (ex. Falta de professores sem reposição);
- Questões disciplinares não são indicativos para reprovação. A avaliação deve priorizar o nível de conhecimento que o aluno demonstra ter e não suas atitudes ou seu comportamento;

SISTEMA DE E RECUPERAÇÃO

A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem referente a cada avaliação realizada no período, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos. Isto permite que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento acumulado por meio de metodologias diversificadas e participativas. O processo de recuperação deverá acontecer com a retomada do conteúdo a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação e em seguida pela reavaliação do conteúdo já retomado em sala de aula. Os pais e /ou responsáveis poderão acompanhar todo o processo avaliativo através de visitas à escola sempre que achar necessário, bem como ter acesso aos documentos que regularizam a forma como ocorre a avaliação na escola, os quais estão expressos no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica Curricular. A escola também passa por uma avaliação dos resultados obtidos a cada ano, esta é denominada de Avaliação Institucional, é feita uma análise dos índices de aprovação, reprovação e abandono, bem como são sugeridos novos direcionamentos que venham a melhorar o andamento da escola como um todo.

9.3- Processo de Classificação de aluno

A classificação pode ser feita:

- a) por promoção quando o aluno é aprovado na série/ano;
- b) por transferência quando o aluno é recebido de outra escola;
- c) por avaliação da escola quando o aluno, independentemente de escolaridade, apresentar conhecimento e competência que permitam, via avaliação, inscreve-lo na série adequada.

Nesse caso, recomenda-se a constituição de comissão (diretor, coordenador pedagógico, secretário, professor) e registro em ata, dos resultados alcançados e parecer para comprovar a classificação

Independentemente de escolaridade, neste caso, quer dizer:

- sem escolaridade sem ter frequentado escola.
- Quando o aluno, sem ter frequentado escola, apresentar conhecimento.

A classificação do aluno, por avaliação da escola, poderá ser realizada em qualquer época do ano, a idade do aluno deverá ser compatível com a série/ano para a qual for declarado apto a cursar.

Classificação de Aluno Estrangeiro

• O aluno oriundo de país estrangeiro que não apresentar documentação escolar e condições imediatas para classificação, por não ter conhecimento da Língua Portuguesa, deverá ser matriculado na série/ano compatível com sua idade, em qualquer época do ano, ficando a escola obrigada a elaborar plano próprio para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades necessárias para o prosseguimento de seus estudos. Amparo Legal: § 1º do art. 23 da LDBEN 9394/96.

9.4- PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO

Levando em consideração o nível de alunos repetentes nas salas e a elevada idade dos mesmos, a escola busca planejar igualmente os procedimentos pedagógicos para organização, desenvolvimento e avaliação de reclassificação de estudos para alunos com atraso escolar, possibilitando que seja resgatada a dívida que uma organização tradicional, seletiva e excludente criou para eles. Fazendo uma investigação mais profunda, esses alunos abandonam a escola num certo período de tempo para trabalhos diretos ou indiretos no município ou fora dele, pois necessitam de uma renda a mais na família, renda esta que a escola segundo eles, não pode oferecer (comida, vestuário, ...) A solução deve ser muito bem planejada institucionalmente pela equipe pedagógica, corpo docente, administrativo e discutida com a comunidade de alunos e pais, a revitalização do Conselho de Classe e outros órgãos colegiados é fundamental para uma análise crítica das situações de aprendizado/reprovação realizados em reuniões em que sejam discutidos esses problemas e formas de superá-los, assim como as salas de apoio, recurso e de avaliação que tenham sido efetivadas. Um esforço de chamamento dos pais para com eles discutir as dificuldades dos alunos e das turmas nesse processo (repetência e abandono), com exame dos resultados de avaliação do aproveitamento e da assiduidade, e dos procedimentos de recuperação adotados poderá servir para levantar novas alternativas de atuação. Uma alternativa será o processo de reclassificação, pelo qual a escola avalia o grau de experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independente do que registre o seu histórico escolar. Esta deverá ocorrer no máximo até o final do 1º bimestre letivo, cabendo aos professores verificar as possibilidades de avanço na aprendizagem. No processo de reclassificação serão avalladas as matérias que constam na Matriz Curricular, sendo selecionados os conteúdos para que os alunos possam ter conhecimento prévio do que será cobrado. A escola comunicará com antecedências os alunos e seus responsáveis o procedimento próprio do processo, a fim de obter consentimento, caberá a mesma, instituir uma Comissão de Reclassificação, encarregada de elaborar relatórios, atas, documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados para que sejam arquivados na pasta individual de cada aluno. O aluno reclassificado deverá ser acompanhado pela equipe pedagógica quanto aos seus resultados de aprendizagem, tanto na série/ano de reclassificação como em relação ao avanço para a série subsequente, visando possibilitar as intervenções pedagógicas necessárias.

Não haverá a reclassificar aluno do 9º ano do Ensino Fundamental para a 1ª série do Ensino Médio, pois não há certificação do fundamental. Assim o aluno não terá Lauda de 9º ano.

Para o aluno vindo por transferência ou de país estrangeiro, o pedido de reclassificação poderá ser feito em qualquer época do ano letivo, dentro dos dez primeiros dias de sua matrícula, findo esse prazo, o sistema de cadastro de alunos não permite a mudança de série/ano;

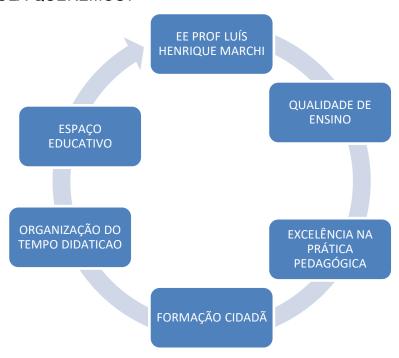
Mesmo quando não houver situações de Classificação ou de Reclassificação, a escola deverá fazer constar no Livro de Registros de modo que facilite o acompanhamento desses processos, por parte da própria U.E. e da Supervisão de Ensino;

Capítulo 10

PLANO DE AÇÃO



QUE ESCOLA QUEREMOS?



Uma escola que atenda anseios dos alunos, pais, professores e sociedade; que promova a cidadania, o respeito mútuo, a solidariedade, a inclusão;

Professores leitores, historiadores, pesquisador de informações, verdadeiros cientistas;

Uma escola aberta à comunidade que estabeleça parcerias com a mesma no sentido de troca de saberes e informações, encaminhamento de alunos ao mundo de trabalho; Uma escola que possa formar o aluno crítico, participativo, receptivo a informações onde o aluno se aproprie do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade com possibilidade de desenvolver "visão de mundo" mais ampla e autonomia para pensar e agir na sociedade em que vive; as ações estão representadas nos seguintes grupos temáticos: qualidade de ensino, trabalho do professor, organização pedagógica, formação cidadã e relação família-escola.

A seguir as ações elencadas pela escola:

10.1- QUALIDADE DE ENSINO

 No intuito de contribuir com a qualidade de ensino, estímulo ao desenvolvimento pedagógico, possibilitando maiores subsídios a construção do conhecimento e favorecendo o desenvolvimento do trabalho de forma interdisciplinar, será



estimulado o desenvolvimento de projetos nas diversas áreas do conhecimento ligados a disciplinas específicas e também projetos desenvolvidos por professores em horários alternativos: aulas extraclasse para alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio. Cada professor prepara aulas de sua disciplina com conteúdos de vestibular que serão desenvolvidas em horário de ATPC- período paralelo ao dos alunos. Um professor por semana.

- Estímulo à participação no ENEM, realizando conversas propiciando a leitura de reportagens sobre a importância deste exame bem como os benefícios e a contribuição do exame para a vida estudantil do aluno. Os professores trabalharão com as questões do exame durante as aulas em forma de compreensão para estimular os alunos a participarem do processo;
- Estímulo ao esporte através da participação dos alunos no JEESP Jogos Escolares do Estado de São Paulo.
- Durante o ano letivo, serão desenvolvidas reuniões preparatórias para organizar os eventos com a participação dos professores responsáveis e alunos. A escola oferecerá condições para a participação nos eventos: Família na Escola, Festa Junina, Mostra Cultural.
- Participação efetiva de todos os alunos dos Anos Finais e Ensino Médio na Olimpíada de matemática
- Participação efetiva dos alunos dos Anos Iniciais nos projetos Ler e Escrever e EMAI.
- Uso regular do material Caderno do aluno da SEE/SP dentro das atividades propostas nos planos de ensino
- Acompanhamento da prática pedagógica dos professores, feita pelos coordenadores pedagógicos com devolutivas que contribuam para a melhoria da qualidade da aprendizagem

 Apoio da direção da escola na construção e realização dos projetos curriculares e nas atividades do PEF- Programa escola da Família.



10.2- PRÁTICA PEDAGÓGICA

- Em relação aos problemas de aprendizagem e de falta de interesse dos alunos, os professores propõem – se a: ensinar de forma clara, sempre utilização uma flexibilização e adequação curricular.
- Ensinar de forma contextualizada e interdisciplinar, levando em consideração as necessidades e interesse dos alunos e o currículo;
- Organizar oportunidades de aprendizagem que extrapolem os limites da sala de aula como grupos de estudo, atendimento individualizado ao aluno na hora atividade do professor;
- Desenvolver projetos que despertem o interesse dos alunos para integrá-los na escola: dança, teatro, esportes, coral;
- Trabalhar avaliação levando em consideração os objetivos elaborados, repensando a prática pedagógica sempre que necessário e retomando os conteúdos que não tiverem sido compreendidos pelos alunos;
- Em relação a necessidade de organização pedagógica, conhecimento dos alunos e sua realidade, acompanhamento dos encaminhamentos planejados para os alunos e professores, foram pensadas as seguintes propostas:

Para que se possa ter um histórico do aluno, a equipe Pedagógica elaborará uma ficha de cada um dos alunos onde constarão informações diversas da vida escolar do mesmo e questões importantes sobre o desempenho escolar dos alunos levantadas no dia a dia e nos conselhos de classe. Essas fichas serão referência para conversas com alunos, pais e professores e constituirão importante instrumento para conhecimento do aluno:

10.3- FORMAÇÃO CIDADÃ

 Organizar um calendário contemplando eventos que valorizem a cultura popular social. Nestas datas serão organizados atividades e estudos e realizadas solenidades com a participação da comunidade escolar onde serão cantados os hinos nacional, municipal, estadual. Dentre as atividades propostas já conhecidas, estabelecemos as seguintes: Festa do patrono da escola, Independência do Brasil, Dia da família na escola, Semana do Meio ambiente, Semana do Folclore, Dia do estudante,



Festa da Primavera, Semana da Criança, Semana da Consciência Negra e Proclamação da República.

- Promover e possibilitar a participação dos alunos em atividades que desenvolvam o espírito de solidariedade e companheirismo como conservação do patrimônio, recolhimento de roupas e alimentos para as pessoas carentes, entre outras atividades;
- No intuito de promover a participação dos pais na vida escolar dos filhos levandoos ao conhecimento da realidade escolar, estabelecemos as seguintes propostas: Levantamento dos anseios dos pais sobre a escola, sobre as práticas pedagógicas da escola para conhecimento da realidade e futuro encaminhamento dos problemas e ou necessidades; Reuniões com pais para troca de informações, encaminhamento coletivo de soluções para a questão da indisciplina escolar, das faltas dos alunos, dos problemas de ensino-aprendizagem; Realização de contrato pedagógico com os pais estabelecendo acordos sobre o encaminhamento de questões como indisciplina dos alunos, formatura, participação em jogos e eventos; Reuniões com pais bimestralmente para informação dos resultados alcançados pelos alunos. As reuniões serão realizadas em horários que possam atender as possibilidades dos pais; Reunião para a formação de pais com discussão de temas pontuais de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos e pais: Temas como: educação de filhos limites, sexualidade, acompanhamento dos filhos na escola entre outros;

10.4- ORGANIZAÇÃO DO TEMPO

• CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário escolar é o documento oficial que organiza os dias letivos e não letivos para alunos e professores. É elaborado no final de cada período letivo seguindo as orientações da SEE/SP.

No calendário escolar constam as reuniões pedagógicas, conselhos de classe, capacitações, férias, recessos e período de aula. A organização dos horários ainda é realizada de acordo com as possibilidades de trabalho do professor visto que ainda há muitos professores que trabalham em 2, 3 ou até 4 escolas diferentes. Procura-se organizar um horário tomando



cuidado com a distribuição das aulas de forma que os alunos não sejam prejudicados.

10.5- ESPAÇOS EDUCATIVOS

Na EE Prof. Luís Henrique Marchi, dispomos de alguns espaços educativos que são utilizados pelos alunos para realização de aulas ou desenvolvimento de projetos:

- Laboratório de Informática – Chamado de Acessa escola, o laboratório de Informática é um espaço destinado para uso dos professores e alunos em pesquisas como ferramenta para subsidiar os conteúdos a serem estudados.

O professor para utilizar o laboratório precisa elaborar sua aula, selecionar os sites para pesquisa, organizar os alunos distribuindo as tarefas a serem executadas. Atualmente, o Acessa Escola somente poderá ser utilizado com acompanhamento do professor;

- Sala de leitura O espaço educativo da Sala de leitura é utilizado pelos alunos para pesquisas e leitura e empréstimos de livros. Este espaço foi repensado e reorganizado para oferecer melhores condições para atendimento aos alunos. Também há um projeto de utilização da mesma no programa Escola da Família com a mediação da vice-diretora responsável pelo projeto.
- **Quadra de esportes** A quadra é utilizada pelos professores de Educação Física e também nos finais de semana pelos alunos e comunidade.
- -Pátio coberto Este espaço educativo que é o refeitório da escola é também utilizado pelos professores e alunos durante a semana para estudo, realização de trabalhos, palestras e nos finais de semana é utilizado pelos professores do PEF.
- Sala de Jogos: proporciona uma forma de aprendizagem mais agradável e ajudando no desenvolvimento de várias áreas importantes na vida dos alunos e alunas.

10.6- PRÁTICA DE AGRUPAMENTOS PRODUTIVOS

O agrupamento coletivo é o ato de dividir os alunos em duplas, trios ou quartetos considerando os níveis próximos segundo a psicogênese da escrita, pois desta forma você permite que haja o diálogo e a troca de informações entre eles, sendo assim, as situações comunicativas favorecem o uso da linguagem e o processo de aprendizagem e desenvolvimento



da criança. A organização da sala em duplas ou grupos é de vital importância para o avanço na aprendizagem de maneira geral, pois ela contribui para o desenvolvimento tanto para o aluno mais experiente quanto para o menos experiente, e esse permuta de ideias acaba fazendo com que haja o cognitivo de forma integral.

A sala de aula é composta de forma heterogênea (com alunos em diferentes níveis de aprendizagens e conhecimentos) e não homogênea (todos os alunos com o mesmo nível de aprendizagem e conhecimentos), desta forma o professor não é único transmissor de conhecimentos que o aluno tem, pois através da troca de informações e conhecimentos, eles acabam aprendendo uns com os outros.

10.7- Metas

Diante dos resultados obtidos pela escola, nas últimas avaliações internas e externas, concluímos que se faz necessário:

METAS	AÇÕES				
	Desenvolvimento de projetos de				
A diminuição do alto índice de evasão e	recuperação continua e compensação de				
abandono dos alunos matriculados nesta	ausências com atividades que motivem				
Unidade Escolar;	os alunos a permanecerem na escola				
	com participação efetiva				
	Promoção de atividades que valorizem o				
	desenvolvimento pessoal do aluno e seu				
	pertencimento ao grupo				
	Conscientização de que cada membro da				
	escola é responsável pelo sucesso do				
O resgate da autoestima do aluno que se	coletivo				
fará através de projetos sociais e parcerias					

que possibilitem a formação sociocultural o educando;

Apresentação de profissionais de Ensino Superior que incentivem os alunos a estudarem mais a pensar na escolha da profissão

Desenvolvimento de valores morais, cívicos e de cidadania envolvendo todos os componentes curriculares para dar mais vivacidade ao que é ensinado/aprendido na escola

O aperfeiçoamento das práticas pedagógicas para melhor desempenho na aprendizagem dos alunos e melhoria nos índices avaliativos da escola.

atividades Desenvolvimento de ênfase na leitura e escrita para melhorar capacidade de compreensão produção de textos dos alunos Realização de apresentações culturais que tragam a comunidade para dentro da escola de forma sadia e organizada Diminuição da indisciplina na sala de aula, que atualmente representa um dos maiores desafios do professor no desenvolvimento de seu trabalho, através da conscientização de que como é importante respeitar as normas de convivência, o regimento escolar e a parceria escola/família para o pleno desenvolvimento do aluno.

Aprimoramento da formação do professor. Por meio da Formação Continuada, os professores, e os gestores da instituição, tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar

	mudanças significativas em toda a comunidade escolar. Ampliação do uso de recursos tecnológicos na rotina escolar.
Reformas de alguns espaços educativos da escola	Elaboração de um projeto de reforma da escola incluindo os itens: cozinha de professores, quadra de esporte, pisos de salas de aula e pátio, caixa d'água e enviar para órgãos competentes.
Ampliação de espaço de aprendizagem	Construção, através de recursos próprios, de um palco no pátio da escola, onde poderemos realizar as atividades artísticas, palestras e demais situações de conversas com a comunidade.

Para que essas propostas se realizem é necessário um trabalho docente intensivo e coletivo, uma gestão diretiva, democrática e com a participação dos pais/responsáveis dos alunos.

Capítulo 11

IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO



Além de avaliar a aprendizagem dos estudantes, é preciso também avaliar o desenvolvimento do PPP. É o momento de descrever como gestores, professores, funcionários de Escola estarão acompanhando e avaliando as ações definidas por todos os profissionais que fazem a Escola acontecer. Seguiremos alguns passos que julgamos fundamentais para realizar esta avaliação:

Avaliar periodicamente: alguns projetos terão continuidade nos anos seguintes, com objetivos mais avançados. Outros, de caráter temporário, precisarão de revisão, pois esse processo de reavaliação permite detectar se a relevância do projeto permanece a mesma e se as pessoas continuam envolvidas.

Buscar referências: um projeto tem estratégias e ações equivocadas quando falta embasamento teórico, por isso, além de consultar livros e artigos acadêmicos e ouvir especialistas, faremos contatos com outras escolas que enfrentam problemas semelhantes aos nossos e tomar seus exemplos como base para melhorar nossa prática.

Reformular metas: algumas limitações podem, de fato, inviabilizar um projeto. Nesse caso, a equipe gestora com demais membros da comunidade escolar poderão rever as estratégias que já não são cabíveis a realidade e modifica-las, adequá-las ao que está sendo prioritário no momento.

Rever a formação e a comunicação O projeto institucional, como o próprio nome evoca, envolve diversos setores da escola e todos precisam estar mobilizados. Para que professores e funcionários se envolvam, é preciso que eles estejam conscientes dos propósitos e a maneira como os ajustes vão contribuir para melhorar as condições de ensino e aprendizagem. Por isso, o diretor e o coordenador pedagógico devem garantir que a proposta seja recorrente na pauta de formação das equipes.

Replanejar o tempo: nem tudo acontece exatamente como previsto no cronograma. No acompanhamento mensal, é possível averiguar em que etapas intermediárias o projeto desandou. Às vezes, um assunto trabalhado nas reuniões coletivas demanda mais encontros para ser assimilado por todos. É melhor redefinir os prazos do que correr o risco de não cumprir os objetivos.

Fazer a gestão da equipe: talvez muitas tarefas se concentrem na mão de poucos. É onde entra a equipe diretiva, ou seja, democratização e descentralização das tarefas.

Incluir no PPP: se cumpridos os objetivos, os projetos se mostram eficientes e, por isso, devem ser consolidados como parte da cultura e da identidade escolar.



O PPP deve ser avaliado, de forma contínua, para permitir o atendimento de situações imprevistas, correção de desvios e ajustes das atividades propostas. Podem ser previstos momentos de avaliação (semestral, anual e bianual), com a participação de toda a comunidade escolar.

Capítulo 12

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A escola como uma instituição social voltada para a educação do cidadão, tem como objetivos principais a sua instrução e a sua formação. Entretanto, esses objetivos podem ser alcançados com melhor qualidade quando integrados e articulados aos objetivos administrativos.

Caberá à administração, como "coordenação do esforço humano coletivo", promover um clima institucional saudável, onde as pessoas se sintam responsáveis pela escola, pelos seus fins últimos de formar cidadãos criativos, construtores e transformadores da sociedade; a articulação harmônica entre os fatores materiais e humanos, ou seja, aqueles recursos que a escola tem para atingir os seus objetivos de ensino e da aprendizagem dos seus alunos.

O resultado final, portanto, é formar o aluno como cidadão consciente e capaz de decidir os seus destinos. Considerando que é do interesse da sociedade que seus cidadãos sejam educados, instruídos e formados, e que esta é a principal função da escola, administrá-la de modo eficiente e eficaz é uma das condições para que cumpra o seu papel. Quando assim administrada a escola oferece condições para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Para que a escola, realmente, alcance os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

Entende-se que uma vez formulado e conhecido o problema a sua solução está posta, ou seja, a própria escola possui as suas forças transformadoras, os seus agentes sociais, econômicos, políticos que podem impulsioná-la para uma gestão eficiente e eficaz, alcançando os seus objetivos especificamente pedagógicos/educacionais de forma significativa. Justifica-se essa forma positiva de encarar o desafio da gestão escolar na frase de Marx: [...] a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a

própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos são captadas no processo de seu dever.

Implementar uma gestão nos moldes aqui preconizados, requer uma ruptura com o status quo, persistência e vontade de todos os atores envolvidos e principalmente o compromisso político com a



educação emancipadora. Como um ponto de reflexão importante para nós educadores, não se pode deixar de referenciar o poder transformador do conhecimento e da educação.

A escola não é apenas e tão somente a reprodução da sociedade, mas por meio dos seus movimentos, entendidos inclusive pela ação dos seus profissionais, pode quebrar as cadeias da reprodução social. Essa é uma opção política do educador.

Pretendemos com esse projeto político pedagógico, sistematizar a proposta pedagógica da escola dentro dos padrões legais que o estado nos oferece. Será nossa grande responsabilidade que este não fique adormecido e sim, ativo, presente nas discussões dos colegiados e ano a ano receba as atualizações que julgarmos necessárias para obtermos uma realização satisfatória dos quatro pilares da educação: o aprender a conhecer aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Tudo isso com um trabalho democrático e diretivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e Médio

ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ESTADO DE S PAULO -

Língua Portuguesa e Matemática – Ciclo I - para Professores

Regentes, Professores Coordenadores e Diretores de 1ª a 4ª séries do E.F; Guias de Planejamento e Orientações Didáticas para o Prof. Alfabetizador; Caderno de Planejamento e Avaliação do Prof. Alfabetizador;

Educação Matemática nos Anos Iniciais EMAI - SEE/SP COORDENADORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CGEB

AGUILAR, L. E. A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.

FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social.

GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004. HELLER, A. Para mudar a vida. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MARX, K. Para a crítica da economia política. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

PARO, V.H. Administração escolar: introdução crítica. 11.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SANDER, B. Gestão da educação na América Latina. Campinas: Editora Autores Associados, 1995. VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à Educação do futuro. UNESCO/Cortez Editora, 1999 _____ Enfoque globalizador e pensamento complexo. Porto Alegre: Artes Médicas. 2002

Referências BRASIL. PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Educação, 2002

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1992. VEIGA, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. 10ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000



FREITAS, ELIANE Degutis de – Terapeuta Ocupacional do CEEEU ALVES, Regina Eleuza Marques – Supervisora do CEEEU Plano de desenvolvimento individual (PDI) e flexibilização curricular

http://sandradeandrade.com.br/?p=4724- Os quatro pilares da educação- acessado em 20/03/2018

http://idesp.edunet.sp.gov.br/ - acessado em 05/03/2018

http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos - acessado em 01/03/2018 https://sed.educacao.sp.gov.br/ - FOCO APRENDIZAGEM EE. Prof. Luís Henrique Marchi – acessado em 06/03/2018

http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comumcurricular-bncc - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – acessado em 20/03/2018

http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/pesqpalchav.asp?assunto=68-

Resolução SE nº 68, de 12-12-2017 - Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino - Resolução SE 73, de 29-12-2014 - Dispõe sobre a reorganização do Ensino Fundamental em Regime de Progressão Continuada e sobre os Mecanismos de Apoio Escolar aos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas estaduais

http://respeitarepreciso.org.br/apresentacao-democracia-na-escola/3-regras-de-convivio-o-regimento-escolar/

ANEXO - QUESTIONÁRIOS DE REFERÊNCIA

- APLICADO AOS PROFESSORES
- 1. Que tipo de ser humano e de sociedade queremos construir?
- 2. Qual deve ser o papel da escola em nossa realidade?
- 3. Qual deve ser o papel da família?
- 4. O que deve ser trabalhado na escola?
- 5. Como desejamos a metodologia e a avaliação?
- 6. Como desejamos a disciplina e a relação professor-aluno?
- 7. Como desejamos o relacionamento na escola e dela com a comunidade?
- 8. Como desejamos a comunicação na nossa escola?
- 9. Como desejamos a organização administrativa da escola?

- APLICADO AOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

- 1. Para você, o que é gestão democrática?
- 2. Em sua opinião, como a gestão democrática pode favorecer o ensino aprendizagem?
- 3. Você acha que a gestão democrática existe realmente na prática? Quais seus pontos negativos?
- 4. Como a gestão democrática pode favorecer a integração da escola com a comunidade?
- 5. A gestão é formada por quem? Como se dá a autonomia do corpo administrativo da escola, além do diretor?
- 6. Como se dá a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e quais ações são contempladas?
- 7. De que forma a gestão busca trabalhar tendo em vista o atual cenário social em que nos encontramos, levando em consideração o avanço tecnológico e as questões sociais da realidade local?
- 8. A participação da comunidade e da família na escola se dá de forma: () Satisfatória() Insatisfatória () Não há participação
- 9. Como acontece o planejamento? Com que frequência? O que mais se enfatiza?
- 10. Como se dá o relacionamento da escola como a família e com a comunidade? () Excelente () Bom () Regular
- 11. Quais os pontos positivos e negativos da gestão da escola?
- 12. A escola demonstra ser um espaço democrático? Por quê?



- 13. Como é o ambiente de trabalho na escola? () Agradável () Desagradável
- () Regular
- 14. Como se dá o relacionamento da direção da escola com os demais funcionários? () Excelente () Bom () Ruim
- 15. Em relação à escola: () Cumpre seu papel de educar () Cumpre somente as exigências da Secretaria de Educação () Trabalha de acordo com a vontade do diretor
- 16. Existe a participação da família e da comunidade na escola? () Sim () Não () Ás vezes
- 17. Em relação ao trabalho como se pode definir o ambiente da escola?
- APLICADO AOS PAIS
- 1. Você mora perto da escola?
- 2. Por que matricularam seu filho nesta escola?
- 3. Como você considera a educação nesta escola?
- 4. Como é o relacionamento ESCOLA-FAMÍLIA?
- 5. Você acompanha e participa das atividades da escola?
- 6. Você acompanha o rendimento escolar de seu filho?
- 7. Você tem consciência que o crescimento e o desenvolvimento de seu filho dependem da interação escola-família?
- 8. Qual a sua opinião sobre a escola?
- 9. Como você colabora com a escola?
- 10. Você está satisfeito com a escola?
- 11. Se você fosse o gestor, quais seriam seus atos para que a escola se tornasse um exemplo para a educação?





ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLA PARA APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezoito, reuniram-se às 11h30 em uma das salas desta Unidade Escolar, professores pais e alunos para a aprovação do Projeto Político Pedagógico da escola. A diretora Elizângela Rosa Bassichetti recepcionou a todos, agradeceu a presença e apresentou o PPP 2018 com vigência nos próximos quatro anos. Todos aprovaram o Projeto Político Pedagógico. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e sua ata lida e assinada por todos os presentes.

Mantoner des Silver, Lucily Ap. pontos Mirgy